



Oliveira do Bairro assembleia municipal

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
DEZANOVE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS
MIL E VINTE E UM.-----**

----- Aos dezanove dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1 - INÍCIO DOS TRABALHOS** -----

----- **2 - EXPEDIENTE** -----

----- **3 - INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO** -----

----- **4 - ORDEM DO DIA**-----

----- **4.1 – Análise de Votação da Alteração ao Anexo I e Anexo II do Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Oliveira do Bairro para a Inserção do Serviço Municipal de Proteção Civil;**-----

----- **4.2 - Análise de Votação do Projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras formas de jogo do Município de Oliveira do Bairro;**-----

----- **4.3 - Análise e Votação do Projeto de Alteração do Regulamento Municipal de Apoio às Associações de Oliveira do Bairro;**-----

----- **4.4 – Análise e Votação da Estratégia Local de Habitação no âmbito do Programa 1.º Direito;**-----

----- **4.5 – Análise e Votação do Procedimento Concursal para Provisamento de Cargo Dirigente Intermédio;**-----

----- **4.6 - Análise e Votação do Estudo Rodoviário para um Troço da Rua Manuel Vieira,**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

em Bustos;-----

----- 4.7 - Análise e Votação da Colocação de um Local de Cargas e Descargas na Rua 18 de Fevereiro 114, em Bustos; -----

----- 4.8 – Análise e Votação da Alteração de Sentidos de Trânsito no Largo da Igreja e Zona Envolvente, na Póvoa do Forno, Troviscal; -----

----- 4.9 - Análise de Votação da Alteração de Trânsito para Sentido Único, num Troço da Rua Dr. Diógenes Vidal, e na Rua Gil Vicente no Sobreiro em Bustos; -----

----- 4.10 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito para Sentido Único, no Largo do Cristo Rei na Giesta, Oiã; -----

----- 4.11 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito na Zona Central do Silveiro, Oiã;

----- 4.12 – Análise e Votação da Alteração de Sentidos de Trânsito na Rua 30 de Junho e na Travessa da Lavoura, Oiã; -----

----- 4.13 – Análise e Votação do Estudo Rodoviário para o Arruamento sem Topónimo e o Cruzamento da Rua Eng.º Agnelo Prazeres com a Rua Fonte do Lugar, Oiã; -----

----- 4.14 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito no Arruamento sem Topónimo, Arieiro na Palhaça; -----

----- 4.15 - Análise e Votação do Estudo Rodoviário para a Rua do Neto e a Rua dos Emigrantes, na Palhaça; -----

----- 4.16 – Análise e Votação da Colocação de um Lugar de Mobilidade Reduzida, na Rua do Hospital em Oliveira do Bairro; -----

----- 4.17 – Análise e Votação do Estudo Rodoviário para o Troço da Rua Sr. Dos Aflitos, na Amoreira do Repolão em Oliveira do Bairro. -----

----- Os trabalhos foram presididos por FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS e secretariados por ANA RITA FERREIRA DE JESUS e LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Carlos Alberto de Barros Ferreira. -----

----- Eram dezanove horas, quando foi declarada aberta a Sessão. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** - informou que se iria dar início aos Trabalhos da presente Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, convocada nos termos do número 1 do artigo 28.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro e da alínea a) do número 1 do artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal, a ser realizada no Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, devido ao contexto atual da pandemia do COVID-19 e com transmissão online. -----

----- Informou que lhe tinha sido transmitido pelo Presidente da Câmara que iriam estar ausentes, o Vereador António Mota que não iria ser substituído e a Vereadora Almerinda Belchior, que iria ser substituída pelo elemento seguinte da lista eleita pelo UPOB Carlos Ferreira. -----

----- De seguida deu o uso da palavra à Secretária da Mesa para que procedesse à chamada dos Membros da Assembleia; -----

----- Secretária da Mesa da Assembleia **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** - passou a efetuar a chamada para assim verificar as presenças dos Membros da Assembleia Municipal. --

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros da Assembleia José António Neves Carvalheira, Acílio Dias Vaz e Gala, Patrícia Sofia Louro Lemos, e Cidalina Vieira Samagaio Matos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** -- informou que os Membros acima referidos, solicitaram por escrito, a justificação da falta à presente Sessão da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido considerada justificada e as suas substituições pelos elementos indicados respetivamente, Paulo Miguel Almeida Rato Neves



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Barata, Diogo Azenhas Mota, João Manuel Oliveira Nunes Bastos, Gonçalo Roque Batista. ----

----- Informou ainda que os Membros da Assembleia Armando Humberto Pinto, António Campos, Lilia tavares e Carlos Cura dos Santos, tinham informado a Mesa que chegariam mais tarde. --- -----

----- No que respeita ao ponto **2 – EXPEDIENTE**, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou que tinha recebido na presente data, uma atualização ao documento relativo às medidas tomadas por parte do Executivo, e a evolução da situação da Covid-19 no Concelho de Oliveira do Bairro. Deu nota que o documento iria ficar disponível a todos os Membros da Assembleia.-----

----- Realçou o facto de a vacinação da Covid-19 já estar a acontecer no território do Concelho, continua a intervenção junto da comunidade na área da ação social, da educação, o apoio à habitação entre outros projetos de proximidade, todos explanados no documento. -----

----- Deu nota de uma forma sucinta da correspondência rececionada na Assembleia Municipal, desde a última Sessão, realçando a receção do pedido de suspensão de mandato do Membro da Assembleia Maria Conceição Maia eleita pelo Grupo Municipal do PSD, que passou a ler; --- -----

----- *“Eu, Maria da Conceição Martins Maia, Membro eleito da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, venho, por este meio, solicitar a Vossa Excelência de suspensão do meu mandato, enquanto Membro da Assembleia Municipal, por um período de seis meses. -----*

----- *Este meu pedido de suspensão é motivado por questões de ordem pessoal e familiar para as quais solicito a reserva possível já que se trata de um assunto do meu foro pessoal. ---*

----- *Mais solicito que tal período de suspensão, a ser aprovado, tenha início na data da realização da próxima Assembleia Municipal.-----*

----- *Sem outro assunto e desde já grata pela atenção, despeço-me com os melhores cumprimentos.” -----*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Verificando-se todos os pressupostos legais, estava o pedido de suspensão de mandato em condições de ser colocado a apreciação da Assembleia. Questionou se algum dos presentes pretendia usar da palavra o que não se verificou. Foi assim colocado a votação o pedido de suspensão de mandato por um período de seis meses do Membro da Assembleia Maria Conceição Maia:-----

----- Efetuada a votação verificou-se que o **pedido de suspensão do mandato por um período de seis meses do Membro da Assembleia eleita pelo PPD/PSD Maria Conceição Maia, foi aprovado por Unanimidade**, tendo o seu início na presente data. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** - informou que no seguimento da suspensão de mandato, aprovada, era necessário que o Membro seguinte da lista eleita pelo PSD, Lília Tavares, tomasse posse para o período de seis meses, tendo sido previamente convocada, contudo a mesma ainda não estava presente, e assim que fosse possível seria chamada para o ato. -----

----- De imediato deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**, tendo sido verificado que não havia inscrições por parte do público, foi concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Foi dado início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **4 – ORDEM DO DIA**. -----

----- **Ponto 4.1 – Análise de Votação da Alteração ao Anexo I e Anexo II do Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Oliveira do Bairro para a Inserção do Serviço Municipal de Proteção Civil;**-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação do assunto: -----

----- Presidente da Câmara **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que se tratava de uma obrigatoriedade, sendo consequência de um assunto que estava transposto na Lei, contudo preferia que se encarasse o assunto como uma oportunidade.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afirmou que face a uma série de fatores e circunstâncias que têm acontecido no País, nos últimos anos, era por isso cada vez mais importante haver um planeamento sobre o que era a Proteção Civil e sobre uma articulação que cada vez se tornava mais necessária e certamente se tornaria mais eficaz. -----

----- Informou que para a ocupação do cargo, teria que ser um técnico credenciado, com características definidas na Lei.-----

----- Deu nota que como se iria alterar o organigrama do Município, teria que vir o assunto à Assembleia Municipal para a competente deliberação.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – deu nota da presença do Membro Lília Tavares, que foi chamada a tomar posse como Membro da Assembleia Municipal, durante o período de suspensão do Mandato do Membro Maria Conceição Maia, dando cumprimento ao número 6 do artigo 5.º do Regimento da Assembleia Municipal.---

----- Foi solicitado aos Membros que pretendessem intervir que procedessem à sua inscrição; -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – após ter dirigido os seus cumprimentos aos presentes, fez referência à legislação em vigor, inerente ao assunto e questionou o motivo pelo qual somente agora se estava a dar cumprimento ao que estava estipulado na Lei, uma vez que o prazo referido na mesma, tinha terminado no passado mês de outubro. -----

----- Questionou também se iriam ser criadas as chamadas Unidades Locais de Proteção Civil – ULPC, as quais eram coordenadas pelas respetivas Juntas de Freguesia, ou se se estava a pensar agrupá-las designado apenas um Presidente de Junta do Concelho para a coordenação da mesma. -----

----- Questionou ainda, em que data se estava a pensar ter a unidade orgânica designada por SMPCC, em pleno funcionamento.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - após ter dirigido os seus cumprimentos,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

referiu que depois da leitura da informação técnica, se poderia concluir que a alteração ao Regulamento dos Serviços do Município de Oliveira do Bairro, tinha tido como princípio uma alteração legislativa que determinava que em cada município, houvesse um Coordenador Municipal de Proteção Civil e que este dependeria hierarquicamente e funcionalmente do Presidente da Câmara e sobre a alteração disse que nada tinha a opor, pecava era por tardia. -

----- Fazendo a cronologia da legislação disse que o diploma que publicou a alteração tinha sido publicado no dia um de abril de 2019, e o mesmo diploma determinava que os Municípios adaptassem os serviços ao regime previsto no mesmo, no prazo de cento e oitenta dias, ou seja até outubro. Acrescentou que a ANMP no mês de junho de 2019, tinha elaborado uma informação sobre o assunto que foi disponibilizada a todos os Municípios. -----

----- Questionou o motivo de só agora estar a ser presente a alteração e quem é que iria assumir a responsabilidade pelo atraso. Deu conhecimento que o Município de Vagos tinha nomeado o seu Coordenador Municipal no mês de maio de 2019, no ano de 2020 os Municípios de Águeda e Anadia também tinham feito as suas nomeações, questionando quando é que o Município de Oliveira do Bairro iria nomear o seu Coordenador Municipal. -----

----- Reportando-se ao estatuto remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil, disse que da leitura da informação técnica o Coordenador iria assumir várias competências e a principal a Direção do Serviço Municipal de Proteção Civil de Oliveira do Bairro e por sua vez competia a esse serviço, para além de executar as atividades de Proteção Civil de âmbito municipal iria assumir um conjunto de competências de elevada especificidade e complexidade, nos domínios da prevenção, avaliação de risco e vulnerabilidades nos domínios do planeamento e apoio às operações e nos domínios da logística e comunicações. -----

----- Disse que face a todas as competências atrás referidas, a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara ia no sentido de equiparar a remuneração base do Coordenador Municipal de Proteção Civil, ao Chefe de Serviço de Desporto e Juventude, que auferia de uma remuneração base inferior a outros Chefes de Serviço do Município, tais como o Chefe do



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Gabinete SIG e a Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa. -----

----- Questionou qual era a racionalidade da proposta remuneratória apresentada. -----

----- Informou que a pessoa contratada para as funções em questão, no Município de Anadia era licenciada em Segurança Comunitária, foi Oficial Bombeiro Adjunto do Comando da Associação Humanitária dos Bombeiros de Oliveira do Bairro de 2013 a 2018 e residia no Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Disse ter ouvido dizer que o Presidente da Câmara pretendia nomear para o cargo em questão, alguém do Corpo dos Bombeiros Voluntários de Águeda, questionando se isso era verdade. Não havendo mais pedido de intervenção foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões; -----

----- Presidente da Câmara **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que sempre que havia rumores, nunca lhe era transmitido quem eram as pessoas que os proferiam, porque gostava de perceber a razão de ser dos rumores. -----

----- Afirmou que quando se faziam comparações, dever-se-ia comparar tudo porque quando se fez a comparação com os outros município relativamente à contratação, não se comparou a categoria remuneratória, contudo se se propusesse uma posição remuneratória superior, certamente diriam que se estava a propor muito, mas entendia que era sempre mais fácil criticar. Dirigindo-se ao Membro da Assembleia Carlos Ferreira disse que ninguém o entendia sobre essas matérias, porque criticava só por criticar, lamentando esse facto. -----

----- Sobre o facto de ser só agora que se estava a alterar o Regulamento para a contratação do Coordenador Municipal de Proteção Civil, disse que os serviços já há muito que estavam a ser preparados e organizados e no final do ano de 2020 o assunto foi falado. Afirmou que para o cargo tinha que ser uma pessoa com experiência e formação na área da Proteção Civil e tinha que trabalhar em pleno com o Comando de Bombeiros local e acima de tudo tinha que estar preparado para se adaptar e se preparar em algumas áreas e a um conjunto de situações do



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Município. -----

----- Afirmou que a pessoa para o cargo seria nomeada assim que houvesse condições, sendo uma delas a aprovação do presente ponto.-----

----- No que diz respeito às Unidades de Proteção Civil Local, esclareceu que Oliveira do Bairro não tinha essa obrigatoriedade devida à dimensão e características do Concelho, sendo o Coordenador suficiente para as necessidades. -----

----- Quanto à questão do tempo que todo o processo demorou, disse que tinha havido a necessidade de se fazer as devidas preparações.-----

----- Afirmou que tinha havido tanta coisa que esteve anos e anos para se fazer e demorou uma eternidade. -----

----- Foi dado o uso da palavra aos Membros que demonstraram interesse em fazer uma segunda ronda de intervenções; -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – relativamente aos cento e oitenta dias, disse que era compreensível, contudo os mesmos já tinham terminado há muito tempo e deveria o Executivo ter dado conhecimento de que o assunto estava a ser tratado e preparado e qual o tempo previsível para que fosse apresentado.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que os prazos referidos eram meramente ordenadores, sendo certo que todos os serviços inerentes à Proteção Civil estavam assegurados, por si, responsável por essa área no Município. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – deu nota da chegada do Membro da Assembleia Carlos Santos. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado o presente ponto a votação.--



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.1 – Análise de Votação da Alteração ao Anexo I e Anexo II do Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Oliveira do Bairro para a Inserção do Serviço Municipal de Proteção Civil**, foi **Aprovado por Unanimidade com 23 Votos a Favor**. -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.2 - Análise de Votação do Projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras formas de jogo do Município de Oliveira do Bairro**, tendo sido dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação do assunto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que se tratava de um Regulamento que vinha no âmbito da descentralização de competências, e nesse sentido preparou-se a assunção dessa competência, tendo sido elaborado o Regulamento baseado na Lei, vindo agora ao presente órgão para a sua competente deliberação.-----

----- Esclareceu que no Concelho não existia muita proliferação de jogos de fortuna e azar, com exceção de alguns sorteios que normalmente existiam na altura do Natal realizados pelas associações, estando salvaguardadas essas situações, ficando isentas, do pagamento das taxas. --- -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que procedessem à sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – reportando-se à frase que constava no documento, *“Assim, os procedimentos adotados, não acarretam impactos mensuráveis ou quaisquer deveres, sujeições ou sanções para os particulares, bem como não determinam a aplicação de nenhum benefício para os munícipes.”*, disse que era uma frase que descrevia a globalidade do que era apresentado no documento, que para além de determinar as regras dos vários jogos, fixava os valores das taxas a cobrar, bem como as isenções previstas e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

o valor das coimas a aplicar aos infratores.-----

----- Afirmou que nesse sentido o UPOB votaria favoravelmente o documento.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – recordou que a presente Assembleia, no passado, tinha deliberado no sentido de apenas aceitar a competência, a partir de 1 de janeiro de 2021 e nesse sentido questionou o Presidente da Câmara, se não achava que dois anos não seria tempo mais que suficiente para elaborar o projeto de Regulamento agora apresentado, que continha apenas cinco folhas. -----

----- Recordou ainda que, em novembro de 2018, a Assembleia tinha deliberado, em concordância com a vontade do Presidente da Câmara, para que com tempo, fosse garantido que no dia 1 de janeiro de 2021, a assunção plena da transferência da presente competência. -

----- Afirmou que tinha muitas dúvidas sobre a eficácia do presente Regulamento, onde era evidente a falta de sensibilidade, a perceção da realidade do objeto do Regulamento. -----

----- Referiu que se tratava de autorizações para sorteios requeridas pelas Comissões de Festas, pelas Associações de Estudantes, Grupos de Alunos Finalistas, Associações de Pais entre outras associações do Município.-----

----- Disse que numa visita rápida ao site da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, se poderia ter uma noção das condições fixadas pelo Estado para o procedimento em análise, e logo se percebia o porquê da pouca participação nesse tipo de autorizações. Com a transferência para os Municípios era determinado que cabia aos mesmos a fixação das condições que tiverem por convenientes para a exploração da modalidade de jogos, sendo expectável que houvesse uma alteração significativa às condições. -----

----- Afirmou que muito pouco tinha sido feito e tinham tido muito tempo para o fazer e reportando-se ao Regulamento disse não perceber o motivo da percentagem apresentada na alínea a) do artigo 4.º do Regulamento. Sobre a alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º que determinava uma garantia bancária, ou depósito de cheque visado ou bancário para valores de prémios



Oliveira do Bairro assembleia municipal

inferiores a quinhentos euros, questionou se era necessário exigir-se uma garantia, porque para si não fazia qualquer sentido.-----

----- Referiu que a Lei geral não determinava as condições que atrás tinha referido, sendo o próprio Município que estava a exigir essas condições, mas depois não se poderiam queixar que o procedimento era pouco participativo, porque as comissões de festas, as associações de estudantes, grupos de alunos finalistas, associações de pais e restantes associações do Concelho, iam continuar com limitações legais para efetuarem essas atividades de angariação e fundos, devido a exigências surreais, que o Município determinou com o presente Regulamento.

----- Disse saber que o Regulamento apresentado era um ponto de partida, mas também sabia que tinha havido tempo suficiente para ser elaborado um Regulamento muito melhor, eficiente, eficaz, atrativo e descomplicado, devendo por isso ser feita uma alteração profunda ao documento apresentado, o mais breve possível.-----

----- Não havendo mais solicitações de intervenção, foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – afirmou que o atual Executivo poderia demorar o seu tempo a fazer as coisas, mas fazia-as, porque do que se recordava noutros tempos, era muito difícil aparecerem novos regulamentos. Referiu que preferia ser chamado a atenção por ter feito alguma coisa do que por não ter feito nada. -----

----- Disse que o Regulamento tinha que existir, por forma a estabelecer regras porque se assim não fosse andava tudo à vontade e fazia-se o que bem se entendia. -----

----- Afirmou que se deveria salvaguardar a situação da entrega dos prémios, porque era do conhecimento público que muitas vezes os prémios nunca chegavam a ser atribuídos e nesse sentido o Regulamento vinha proteger essas situações.-----

----- Referiu que efetivamente se tratava do primeiro Regulamento no âmbito dos jogos de fortuna e azar, que certamente com o tempo iria sofrer as suas alterações que se verificassem



Oliveira do Bairro assembleia municipal

necessárias. -----

----- Confirmou que haveria mais Regulamentos que tinham que ser elaborados, não obstante a quantidade de Regulamentos que já tinham sido elaborados e publicados pelo atual Executivo, todos eles levaram o seu tempo de redação e elaboração. -----

----- Foram questionados os Membros da Assembleia se pretendiam intervir numa segunda ronda de intervenções; -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – referiu que da auscultação das intervenções anteriores, se tinha dado conta que só foi referida a parte que onerava as associações, mas no número 4 do artigo 8.º era referido que as entidades que não tivessem fins lucrativos, ou seja grande parte das associações do que promovem as atividades de rifas, podem solicitar a isenção do pagamento da taxa, desde que fizessem prova dessa qualidade de entidade sem fins lucrativos e esse reconhecimento era efetuado pelo Presidente da Câmara. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – esclareceu que se tinha apenas referido à questão da garantia bancária, ou em caso de prémios inferiores a quinhentos euros, a associação em questão ter que depositar um cheque na tesouraria da Câmara e não se referiu em nenhuma altura à questão das taxas. -----

----- Reiterou que essa medida, do depósito do cheque, era um absurdo, porque acreditava que nenhum aluno pertencente a uma associação de estudantes que promova rifas para angariação de fundos para as suas viagens de finalistas, tenha cheques para fazer o depósito.

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que estava bem subjacente no Regulamento a forma que a Câmara tinha para solucionar essas situações. -----

----- Foi dado por concluída a discussão do ponto tendo sido o mesmo, colocado a votação.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Mesa informou que já se encontrava presente o Membro da Assembleia António Campos, passando assim a ser 24 votantes. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.2 - Análise de Votação do Projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras formas de jogo do Município de Oliveira do Bairro**, foi **Aprovado por Unanimidade com 24 Votos a Favor**. -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.3 - Análise e Votação do Projeto de Alteração do Regulamento Municipal de Apoio às Associações de Oliveira do Bairro**, tendo sido dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, para fazer a apresentação do assunto; -----

----- Presidente da Câmara **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – recordou que aquando da aprovação da primeira versão do Regulamento em análise, e no decorrer da sua aplicação, se tinham verificado algumas dificuldades burocráticas, por parte das associações, que houve necessidade de alterar. -----

----- Assim, logo que foi possível foi feita a revisão ao referido Regulamento, nomeadamente a desburocratização no sentido de se ir ao encontro dos objetivos do Executivo que era apoiar as associações. -----

----- Deu nota que outra questão alterada no Regulamento, foi ao encontro de dar apoio às associações que têm na sua génese a formação de jovens, como era o caso das associações que dão formação artística e musical, e dos Agrupamentos de Escuteiros. Referiu que já se apostava na formação desportiva e por isso não via razão para que não se apoiasse também a formação de jovens noutras áreas. -----

----- Deu nota também, que tinham sido alterados alguns fundamentos para a aquisição de equipamentos, de terrenos, assim como também tinham sido retiradas algumas burocracias para



Oliveira do Bairro assembleia municipal

as cedências.-----

----- Informou que algumas das alterações ao Regulamento tinham sido sugeridas pelo Conselho Municipal de Juventude, nomeadamente no que diz respeito ao sucesso escolar dos alunos que não deveria estar subjacente à participação dos mesmos nas associações. -----

----- Deu ainda nota, que os contributos para a alteração do Regulamento, tinha sido dado ao longo dos tempos pelas diversas associações, que tiveram o cuidado de fazer chegar as suas preocupações. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos que procedessem à sua inscrição;-----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – dirigiu as primeiras palavras ao Presidente da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa e na sua pessoa todos os bustuenses pela celebração do 100.º aniversário da Freguesia de Bustos. -----

----- Recordou que há dois anos, quando da aprovação do Regulamento, tinha parabenizado a medida, pela sua pertinência, também não poderia deixar de aplaudir a atitude humilde do reconhecimento da necessidade da evolução do documento propondo a reflexão continua do mesmo. -----

----- Congratulou o Executivo pela medida, de trazer de novo à discussão um objeto tão importante para a dinâmica associativa do Município.-----

----- Informou que o documento tinha sido levado à consulta do Conselho Municipal de Juventude, tendo sido apresentadas várias propostas que julgava terem sido aceites na sua totalidade, o que resultou na retirada e acréscimo de alguns pontos, sendo um exemplo prático de uma dinâmica política democrática, de cooperação e transparência que se deveria repetir noutras instâncias. Acrescentou que essa consulta não tinha acontecido com as associações, que não tiveram conhecimento das propostas de alteração, e na sua opinião deveria ter acontecido.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afirmou que na sua opinião o documento estava ainda inacabado, estando incapaz de integrar a totalidade da dinâmica associativa, no âmbito das suas carências, necessidades e objetivos, não reconhecendo os problemas, nem procurava soluções. -----

----- Alertou que o associativismo vivia tempos difíceis, nomeadamente na renovação dos quadros diretivos das associações, bem como a menor adesão dos mais novos às dinâmicas sociais e culturais, situações que deveriam preocupar a todos. -----

----- Recordou que por diversas vezes tinha alertado para a necessidade premente de se desenvolver estratégias de integração e jovens na dinâmica associativa Municipal, seja através de políticas de atratividade para os jovens, ou através de incentivos para as próprias associações, no sentido de integrarem mais jovens, para a gestão e governação das mesmas. -----

----- Disse ser importante que os políticos e os órgãos com poder de execução, desenhassem estratégias e concebessem medidas que propusessem às associações uma densa e profunda modernização, através de um investimento, não contemplado no regulamento, para a capacitação das associações e seus dirigentes, relativamente à formação de consultoria em governação e planeamento, gestão administrativa e financeira, comunicação e marketing, gestão e angariação de voluntários, técnicas de avaliação a monitorização, estratégias de atração de investimento privado, através de políticas de mecenato e patrocínios, que poderiam ser alavancadas com apoios municipais, a possíveis investidores, que poderiam ser as empresas do Concelho. -----

----- Fez referência que poderia existir por parte do Município o acompanhamento e consultoria às associações na elaboração e propostas a fundos, bolsas, concursos e outros mecanismos de investimento que possam reforçar estruturalmente as associações, que se poderia traduzir numa diminuição de custos para o Município. -----

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – recordou que o regulamento em vigor, tinha definido regras de atribuição de apoios às associações, tinha trazido comparabilidade



Oliveira do Bairro assembleia municipal

nos apoios concedidos, tendo sido um meio que tinha obrigado a organização administrativa interna em algumas associações, contudo e como sendo um documento recente, estava inacabado e daí a primeira alteração que se estava agora a analisar, que essencialmente diferenciava positivamente as associações que se dedicavam à formação artística e musical.---

----- Disse que pretendia deixar uma palavra de apreço pela melhoria qualitativa da alteração apresentada pela nova redação do número 2 do artigo 24.º, mas ao mesmo tempo, reportando-se aos artigos 24.º e 25.º, que se reportavam ao desporto adaptado, disse que do conhecimento e da experiência na área, o desenvolvimento do desporto adaptado carecia de dois grandes apoios, sendo o primeiro a formação específica dos técnicos envolvidos e o segundo a necessidade de apoio para a aquisição de equipamento técnico para a prática do desporto adaptado.-----

----- Questionou que, existindo a necessidade de adquirir, por exemplo cadeiras de rodas adaptadas para a prática de atletismo ou basquetebol, se essa candidatura era apresentada como investimento, ou deveria ser no âmbito das ajudas técnicas previstas no artigo 29.º do Regulamento. Afirmou que se a candidatura for enquadrada no artigo 29.º, o artigo 25.º deveria ser revisto. -----

----- Referiu que o Município tinha dado um passo no bom sentido de valorizar o ensino artístico e musical, reconhecendo o estatuto especial que tinha a Escola de Artes, quer pela sua especificidade, quer pela importância e relevância que a mesma assumia no Concelho, segundo o referido no número 5 do artigo 8.º.-----

----- Deu nota que foi acrescida uma nova medida à atividade de formação artística e musical e ao escutismo que os remetia para o Anexo X do Regulamento, onde era feita uma diferenciação negativa a essas associações ao não verem reconhecidas as necessidades de formação dos seus técnicos prevista para o desporto, no artigo 23.º e nesse sentido questionou a razão por que não estava prevista a promoção do sucesso no ensino artístico e musical. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que o UPOB entendia que o mérito devia ser incentivado e o sucesso deveria ser promovido e nesse sentido as associações que o faziam, deveriam ser compensadas pela entrega e substituição do Estado Central Local e por isso não compreendia a razão de não se repercutirem os apoios desportivos, elaborando por exemplo um novo artigo 11.º. -----

----- Disse que do mesmo modo reconheciam que crianças, mulheres e homens de excelência tinham na sua base, os seus professores ou mestres, que para a área desportiva estava bem especificada e pormenorizada, não se compreendia a desvalorização desses profissionais da área artística e musical, ao não ser previsto o apoio para esses agentes. -----

----- Afirmou que queria acreditar, que o projeto não estava acabado e que essas medidas poderiam ser alteradas, numa segunda alteração ao Regulamento, ou baixando o documento novamente ao Executivo que aproveitando as novas ideias que estavam a surgir na presente discussão, voltassem a rever o documento e posteriormente fosse trazido novamente à apreciação da Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – deu nota da chegada do Membro da Assembleia Armando Humberto Pinto. -----

----- **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA DOMINGUES CANAS** – entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve; -----

----- *“O documento original de regulamento municipal de apoio às associações do Concelho que foi submetido a este Órgão era um documento exclusivamente virado para o desporto, que esquecia por completo as outras realidades associativas existentes no Concelho. -----*

----- *Documento muito contestado na altura, que mais não era do que o resultado do copy-paste de um concelho qualquer, mas não de Oliveira do Bairro. -----*

----- *Passados mais de 2 anos e meio, finalmente é proposto pelo Executivo uma revisão a este Regulamento. São incluídas duas seções VIII e IX, destinadas a medidas de apoio à atividade de formação artística e musical e de apoio aos escuteiros. Mas mais uma vez se nota*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que o vosso conhecimento do que faz cada Associação musical é deveras reduzido. Se não vejamos: -----

----- Na seção VIII, artigo 29-B são descritas as modalidades de formação apoiadas pelo município, sendo a alínea a) o ensino musical de instrumento. Parece claro que os senhores e senhoras deste executivo desconhecem que nunca um aprendiz/aluno vai direto para um instrumento sem paralelamente ou antecipadamente, formação musical. É a formação musical que lhe permitirá ler uma pauta musical para poder depois executá-la no instrumento musical. -

----- Esta análise só é comparável com o mandar um aluno ler um texto, sem antes lhe terem ensinado as letras do alfabeto e as regras fundamentais de funcionamento da língua portuguesa.

----- Assim também não é possível ensinar um instrumento musical, sem antes ou paralelamente ensinar ao aluno notas musicais, a sua duração temporal, o que é uma pauta musical, a posição de cada nota na pauta, entre outros conhecimentos básicos. E curiosamente esta formação base, não é apoiada. -----

----- Isto mostra o vosso profundo desconhecimento do que é a música e do trabalho que diariamente é feito nas Associações concelhias que se dedicam a esta arte. -----

----- No concelho de Oliveira do Bairro chegaram a existir 4 Bandas Filarmónicas (na Palhaça, em Oliveira do Bairro, no Troviscal e na Mamarrosa). Se todas elas existissem hoje, todas elas seriam seculares e merecedoras do nosso respeito e admiração. Não querendo evidenciar nenhuma delas neste momento, mas sim a forte ligação que as gentes do concelho têm à arte musical é, pois, deveras gravoso que este conhecimento básico de funcionamento da música não seja mais generalizado. -----

----- Lamenta-se que esse apoio não seja dado pelo município, contrariamente aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse na apresentação do ponto, bem como também não se apoiem outros tipos de formações musicais, como uma Orquestra Ligeira ou uma Banda Juvenil. -----

----- Todo o investimento feito na cultura tem o seu retorno positivo na sociedade.”-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que tinha sido importante o que tinha sido dito pelos Membros da Assembleia Ricardo Regalado e Paulo Barata, relativamente à parte da formação e da capacitação das instituições, contudo esses apoios constavam no regulamento desde o princípio, havendo uma Medida de Apoio à Formação e Capacitação Institucional.-----

----- Reportando-se às realidades de formação musical, referidas pelo Membro da Assembleia Arsélio Canas, disse que tinha lido o número 1 do artigo 29.º-B, mas não tinha lido o número dois, onde consta que poderão ser apoiadas outras atividades de formação artística e musical desde que o Município seja informado pela associação organizadora, mostrando assim que o Executivo quis deixar o mínimo de probabilidade de qualquer outra atividade deixasse de ser apoiada. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara; -----

----- Presidente da Câmara **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que tem havido uma preocupação grande por parte do Município, na formação dos dirigentes associativos.

----- Recordou que as associações que detinham o seu próprio património imobiliário, foram convidadas a virem à Câmara Municipal, para que pudessem ser ajudadas no preenchimento da documentação necessária para a solicitação de isenção de pagamento dessa taxa, e apenas três associações se dirigiram ao Município para esse fim. -----

----- Recordou também que tinha sido lançada uma formação base para os dirigentes associativos, para que os mesmos pudessem trabalhar os apoios existentes e sempre que era recebido pelo Município informação de disponibilização de apoios de outras entidades, é dado conhecimento às associações da área a que se destina esse apoio. Acrescentou que sempre se tinha mostrado disponível para dar apoio e esclarecimentos às associações. -----

----- Quanto aos apoios à formação musical, referiu que esse apoio estava intrínseco no



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Regulamento, e todos sabiam que o ensino musical tem não só o instrumento, mas também a parte teórica. -----

----- Reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Paulo Barata, disse que o mesmo tinha referido que o atual Executivo tinha tido a ousadia de elaborar o Regulamento de Apoio às Associações, demonstrando assim que afinal o Executivo era ousado, trabalhava e fazia regulamentos. -----

----- Sobre a questão de o ensino artístico poder ser premiado pelo sucesso, disse que infelizmente o sucesso artístico não tinha um reconhecimento, como tinha o sucesso desportivo, sabendo, no entanto, que o Concelho tinha grandes músicos e muitos deles reconhecidos internacionalmente, situação de que se orgulha, mas era muito difícil o reconhecimento, porque não existiam campeonatos. -----

----- Afirmou que aceitava as sugestões deixadas, e na devida altura se faria os ajustamentos necessários ao documento, sempre com o superior interesse dos cidadãos de Oliveira do Bairro em mente. -----

----- Foram questionados os Membros da Assembleia que pretendessem usar da palavra numa segunda ronda de intervenções, tendo-lhes sido dado o uso da mesma; -----

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – disse que o Executivo seria só ousado em fazer Regulamentos. -----

----- Referiu que era sabido que existiam vários jovens em vários instrumentos, que ganhavam prémios e outros que faziam parte de Bandas internacionais e por aí era fácil de reconhecer o mérito. -----

----- Reportando-se ao desporto, disse que se podia verificar que havia um apoio destinado aos treinadores, aos atletas se eram ou não do Concelho, e na sua opinião isso também seria fácil de repercutir para o ensino musical. Sugeriu que fosse elaborado um anexo 9A ou 9B de forma a incentivar as boas prestações no ensino artístico e musical. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA DOMINGUES CANAS** – fez referência ao número 1 do artigo 29.º-B, onde especifica, as modalidades de formação artística e musical apoiadas pelo Município, sendo que no número 2 do mesmo artigo era referido que poderiam ser apoiadas outras modalidades, mas na sua opinião essas não eram prioritárias.-----

----- Dirigindo-se ao Membro da Assembleia André Chambel disse que de música não percebia nada, mas a formação musical era a base de um músico e deveria ser apoiada, como modalidade prioritária. -----

----- Sugeriu assim, que numa futura revisão ao Regulamento, fosse tida em conta essa questão. -----

----- Foi novamente dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – reportando-se ao artigo 29.º-B, esclareceu que o Executivo tem que tomar decisões sobre as candidaturas e nesse âmbito permitia que as candidaturas às modalidades artísticas e musicais que não estivessem referidas no ponto 1 do artigo, eram analisadas e submetidas a decisão.---

----- Disse que sabia bem qual era o paralelismo existente entre o ensino de instrumento e o ensino musical, mas dava a sensação que só o Membro da Assembleia Arsélio Canas é que percebia de música. -----

----- Sobre a intervenção do Membro da Assembleia Paulo Barata, disse que reconhecia o que tinha referido, sabendo que existiam formas de reconhecer o mérito, mas não eram tão lineares como no âmbito desportivo, contudo poderia caber ao Município poder fazer esse reconhecimento de mérito a cada momento e tem sido feito sempre que era possível.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi dada por concluída a discussão do ponto tendo sido o mesmo, colocado a votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.3 - Análise e Votação do Projeto de Alteração do Regulamento Municipal de Apoio às Associações de Oliveira do Bairro**, foi



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor.-----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.4 – Análise e Votação da Estratégia Local de Habitação no âmbito do Programa 1.º Direito**, tendo sido dado o uso da palavra, por sugestão do Presidente da Câmara à Vereadora do Pelouro Lília Ana Águas, para fazer a apresentação do assunto; -----

----- Vereadora do Pelouro **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – disse que na sua opinião se tratava de um documento fundamental e que orientava e definia, enquanto entidades públicas e decisores e orientadores da estratégia pública, sendo um documento focado na habitação.-----

----- afirmou que a habitação era um dos eixos prioritários, quer no âmbito nacional e naturalmente no âmbito local e esse eixo tão reconhecido era importante e por isso foi entendimento apresentarem o documento em análise, sendo um documento técnico, orientador do plano de habitação que se pretendia para o Município de Oliveira do Bairro, nos próximos anos.-----

----- Deu nota que no documento era apresentado um levantamento, que vinha por força de um diagnóstico, no âmbito do que eram as necessidades sociais na habitação, definia quais as prioridades e os eixos a seguir, prevendo um investimento de seis milhões de euros, com a concretização até ao ano de 2026 e abrangia todas as freguesias do concelho.-----

----- Referiu que o documento definia várias matérias, como a reabilitação urbana, a necessidade de arrendamento, para habitação, porque se tem verificado muito procura devido à aposta feita na área da educação. -----

----- Deu nota que no documento se estava a abranger cento e quarenta famílias, quinhentas e quatro pessoas, tendo como grande opção a requalificação de habitações devolutas existentes no Concelho, também a aquisição de habitações e só em última instância a construção de novas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

habitações, para colocar em arrendamento acessível à população. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que procedessem à sua inscrição tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **CONCEIÇÃO EMÍLIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA** – disse que se tratava de facto de um documento de extrema relevância para o Município, sendo a oportunidade para construir as bases de uma política municipal forte e capacitada, para a resolução dos problemas habitacionais existentes no Concelho, tendo por isso registado com satisfação a aprovação por parte do Executivo, da estratégia local de habitação. -----

----- Esclareceu que era um instrumento legalmente exigido para efeitos de candidatura, aos apoios financeiros do Estado previstos, ao abrigo do programa 1.º Direito, programa de apoio ao acesso à habitação. Assim, qualquer candidatura ao apoio, ao abrigo do referido programa, dependia de prévia aprovação, pelos órgãos competentes da estratégia local de habitação. ----

----- Esclareceu ainda que o programa 1.º Direito, pretendia dar habitação condigna às pessoas que vivem em condições de precariedade, de insalubridade e insegurança, sobrelotação ou inadequação e que não tenham capacidade financeira para aceder a uma situação habitacional adequada. -----

----- Referiu que o documento em análise, apresentava um diagnóstico atualizado, das carências habitacionais do Concelho e as soluções propostas e a promover pelo Município, num horizonte temporal de seis anos, as quais apresentavam um investimento na ordem dos 6,3 milhões de euros, onde também era referido o número de famílias e pessoas abrangidas pelo programa, contudo na sua opinião a estratégia tinha que ser muito mais do que um 1.º Direito e os municípios podiam e deviam optar por desenvolver uma estratégia local de habitação, abrangente e que tenha em conta todas as carências habitacionais, mesmo fora do âmbito de atuação do programa 1.º Direito e que defina quais os restantes instrumentos, da nova geração de políticas de habitação que existem, nomeadamente programas municipais a mobilizar de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

forma articulada para dar resposta ao acesso à habitação. -----

----- Afirmou que a estratégia local de habitação deveria refletir a ambição de intervir, de forma efetiva em problemas complexos, persistentes há décadas, com grande impacto territorial, onde ainda vivem muitos agregados familiares, em condições indignas, onde o problema de acesso à habitação era bem mais abrangente do que os dos agregados familiares sinalizados.-

----- Disse que deveria haver a ambição de contribuir para projetar Oliveira do Bairro, como um Concelho atraente, do ponto de vista urbanístico, cultural, económico e demográfico, com qualidade de vida, onde os jovens possam encontrar a sua primeira habitação e queiram construir o seu agregado familiar.-----

----- Afirmou que a Estratégia Local de Habitação apresentada, era uma estratégia pouco abrangente e que pecava por falta de ambição, porque apenas se focava no programa 1.º Direito e na sua opinião o Concelho merecia uma estratégia criadora de condições de estímulo para o arrendamento acessível, como forma de apoiar a classe média e não só os mais carenciados. -

----- Referiu que os investidores e os proprietários privados, também deveriam ser envolvidos na fase de diagnóstico e de planeamento de soluções habitacionais.-----

----- Disse que se o Executivo soubesse interpretar os anseios dos oliveirenses, em matéria habitacional, a estratégia agora apresentada, poderia prever a promoção do investimento privado em parceria com o financiamento Municipal, garantindo assim o aumento da oferta de habitação no Concelho. -----

----- Referiu que o programa 1.º Direito, previa o apoio a proprietários privados de prédios situados em áreas urbanas e que as características dos mesmos, de robustez e dimensão, constituem núcleos habitacionais, com uma identidade própria e diferenciada no espaço urbano e esse apoio já poderia fazer parte do documento em análise. -----

----- Reiterou que era necessária uma Estratégia Local de Habitação, mais ambiciosa para fixar as gentes de Oliveira do Bairro em Oliveira do Bairro. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que da leitura do documento se poderia verificar que havia um investimento de cerca de seis milhões de euros, a promover pelo Município e iria abranger noventa e nove agregados familiares.-----

----- Fez referência à divisão em quatro eixos distintos, do investimento promovido pelo Município, passando a designar os mesmos: -----

----- O primeiro eixo, designado por soluções para os núcleos precários, onde estavam enquadradas as comunidades ciganas, com um investimento de 3,2 milhões de euros, para quarenta e um agregados;-----

----- O segundo eixo, designado por soluções dos agregados familiares em situações de precaridade, com um investimento de cerca de cento e trinta e cinco mil euros, para o arrendamento, para subarrendamento destinado a sete agregados;-----

----- O terceiro eixo, designado por soluções dos agregados familiares em situações de insalubridade e insegurança, com um investimento de 2,7 milhões de euros, para a aquisição de reabilitação de moradias, para cerca de quarenta e um agregados;-----

----- O quarto eixo, designado por soluções dos agregados familiares em situações de sobrelotação, passando também por arrendamentos para subarrendamentos, com um investimento de cerca de duzentos e oitenta e oito mil euros, destinados a dez agregados. -----

----- Afirmou que a distribuição do investimento seria feita pelas Freguesias, mediante o número de agregados familiares a que cada uma das Freguesias pertencessem. -----

----- Questionou qual era o valor do financiamento do IHRU, relativo ao investimento que o Município iria fazer e assim saber qual era o montante que o Município teria que suportar e sobre esse questionou se iria ser assegurado, através do orçamento municipal ou através de empréstimo para o efeito.-----

----- Questionou também, qual seria o procedimento concursal que iria ser utilizado para a aquisição das habitações devolutas, para posterior requalificação e qual seria o procedimento



Oliveira do Bairro assembleia municipal

concurso que iria ser utilizado para o arrendamento, para subarrendamento. -----

----- Questionou se na escolha do realojamento iria ser respeitada a residência anterior.----

----- Relativamente aos quarenta e um agregados que iriam receber apoios diretos do IHRU, através de candidaturas e que cumprem os requisitos, questionou se a Câmara iria apoiar a 100% a componente que esses agregados iriam ter que suportar. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES CAMPOS BARATA** – começou por dizer, que poucas tinham sido as vezes que tinha analisado um documento, do atual Executivo que lhe parecesse tão estruturante, tão bem pensado e bem enquadrado, com uma leitura transversal e multidisciplinar. -----

----- Afirmou que se estava perante um trabalho refletido, consistente e estratégico. -----

----- Deu nota que, apesar disso, não se revia em tudo o que estava vertido no documento em análise, ou seja, não considerava que fosse exequível na sua amplitude estratégica mais abrangente, mas o foco não era esse e sobre a matéria era muito mais o que os unia do que aquilo que os separava. -----

----- Referiu que o documento apresentava pontos de contacto e pressupostos, que vinham de trás e englobava medidas, em larga medida, já implantadas que só era possível dada a oportunidade de financiamento europeu, criada pelo Plano de Recuperação e Resiliência. -----

----- Disse que o presente Plano, previa ao nível da habitação, um programa de apoio de acesso à habitação, o 1.º Direito, com um envelope financeiro de cerca de 1,2 milhões de euros, em subvenções a fundo perdido, com o intuito de promover uma resposta pública de habitação social robusta, exigindo uma abordagem integrada e participativa que promova a inclusão social e territorial, mas esse também não era o foco.-----

----- Afirmou que o foco estava na oportunidade, o mérito estava na ambição e o reconhecimento estava na visão estratégica do documento, aspetos que toda a oposição criticou nos últimos quatro anos, não sabendo se era esta a exceção que confirmava a regra, mas a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

verdade é que o documento em análise tinha todos os aspetos, visão, ambição e estratégia, pena era que fosse o primeiro que assim conseguia ler em quase quatro anos de mandato.-----

----- Referiu que, com todas as suas eventuais dificuldades de implementação, a verdade é que a Estratégia Local de Habitação em análise, abrangia três vetores fundamentais e complementares, com ordem de prioridades: -----

----- A resolução de situações de grave carência habitacional; -----

----- A promoção de qualificação dos alojamentos; -----

----- O incentivo da requalificação urbana nas seis AHRUS de Oliveira do Bairro. -----

----- Disse que, numa abordagem interessante, pretendia potenciar a aquisição de habitações e a sua requalificação, o arrendamento para subarrendamento, a qualificação de habitação própria e o incentivo de requalificação nos centros urbanos, tentando apresentar uma alternativa válida à aquisição, construção de novos equipamentos de forma mais dispendiosa. -

----- Afirmou que os documentos apresentados, tinham um mérito muito relevante, pois garantiam ganhos em várias frentes, nomeadamente apresentavam uma resposta social habitacional mais robusta e em simultâneo a requalificação do tecido urbano e a qualificação ao nível de organização da malha urbana e também apresentava uma resolução à desadequação entre os rendimentos baixos da maioria das famílias da classe média e o valor da oferta no mercado de aquisição e de arrendamento habitacional, fruto do aumento da procura por parte das famílias de fora do município, nomeadamente do Município de Aveiro em virtude do impacto do turismo e da universidade. -----

----- Referiu que a resolução de situações de grave carência habitacional e a promoção de qualificação dos alojamentos, nos seus vários patamares, que entroncava na requalificação urbana, mas que avançava para aquela que poderia ser a resposta social, integrada e sólida e aí residia a componente mais exequível e com ganhos mais evidentes e de implementação mais fácil.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Acrescentou que essa componente social em que a abrangência seria mais robusta, efetiva, necessária e de premência, que se tem vindo a agudizar devido à questão da pandemia da covid-19, mas também tornando os espaços mais apelativos. -----

----- Reiterou que não sabia se esta era a exceção que confirmava a regra, mas este era um documento que só poderia contar com o apoio da Bancada do PSD e se não fosse por mais nenhum motivo, que os havia, pessoalmente votaria a favor porque precisamente era esse tipo de cuidados, de profundidade e de visão estratégica que solicitava ao Executivo desde o início do mandato. -----

----- Concluída a ronda de intervenções foi dado o uso da palavra à Vereadora do Pelouro, para responder às questões suscitadas;-----

----- Vereadora do Pelouro **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – começou por agradecer o reconhecimento que foi feito ao teor do documento. -----

----- Dirigindo-se ao Membro da Assembleia Conceição Mota, confirmou que o documento tinha vindo no âmbito do Programa 1.º Direito, e para que a candidatura fosse submetida e aceite, havia a necessidade de ordenar os critérios, e ser feito o diagnóstico de acordo com o que era o Programa, porque se assim não fosse corriam o risco de não ter qualquer apoio por parte do IHRU.-----

----- Disse concordar que para além das prioridades apresentadas no documento, haveria muitas mais, para se fazer na área da habitação no Concelho, mas tinha que se começar por algum lado e a prioridade passava pelas questões de insalubridade e insegurança, a precariedade e sobrelotação e também de inadequação, sendo esses os critérios para a fase inicial e só depois as outras situações.-----

----- Afirmou que se tudo tivesse sido acautelado há alguns anos atrás, certamente agora estar-se-ia a olhar, no âmbito do Programa, para o que tinha sido referido pelo Membro da Assembleia Conceição Mota. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que se tratava de um documento com um diagnóstico social e de inclusão social e territorial e era um documento que trazia a oportunidade de escolha na habitação e a prioridade era garantir a habitação digna às famílias assinaladas, todas residentes no Concelho, independentemente de serem ou não de etnia cigana e todas mereciam o direito que estava consagrado na Constituição da República, o da habitação. -----

----- Relativamente ao investimento no âmbito do Programa estava estrategicamente distribuído e tinha a ver com o diagnóstico realizado dando sempre preferência à requalificação ou ao realojamento da família, na Freguesia onde já se encontra, porque também tem que haver a preocupação da integração social das famílias, contudo caso não seja possível terá a família que ser reafectada a outro local e tudo dependia de prévia análise mediante todas as variantes e as respetivas candidaturas. -----

----- Relativamente ao que era o investimento privado, só era submetido após análise da candidatura, era a fundo perdido ou então a comparticipação dos proprietários seria de acordo com os rendimentos dos proprietários em causa. -----

----- Informou que no Concelho de Oliveira do Bairro não existiam pátios, nem vilas, nem bairros degradados e por isso não era esse o caminho que iria ser seguido. -----

----- Afirmou que não obstante o investimento e o Plano Estratégico, no Município existiam outras medidas de apoio regulares, nomeadamente ao arrendamento precisamente no sentido de apoiar as famílias necessitadas, não falando dos apoios excecionais que foram avançados quer ao arrendamento, quer ao crédito à habitação, no âmbito da pandemia, medidas essas que têm o intuito de apoiar as famílias que não se encontram em situações tão urgentes de necessidade de habitação, mas que também possam ser apoiadas. -----

----- Esclareceu que os apoios do IHRU eram baseados num teto, mediante a situação se era para aquisição ou requalificação, contudo existia um quadro no documento que explanava bem esses apoios. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Deixou uma palavra de reconhecimento pelo trabalho extenso, realizado pelos técnicos municipais, da área do urbanismo e da ação social, que aceitaram o desafio que apesar da pandemia e todos os constrangimentos inerentes e de paralelamente se ter tido uma atividade concertada do Município em todas as áreas, o Município avançou com o desafio e apresentou assim o documento que está em análise, mostrando a qualidade dos técnicos municipais e a vontade de fazer.-----

----- Foi solicitado o uso da palavra para uma segunda ronda de intervenções, por vários Membros da Assembleia, tendo-lhes sido concedido; -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro **SIMÃO MOREIRA VELA** - dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes; -----

----- Disse que, ao contrário do que tinha acontecido no início da pandemia onde tinha demonstrado uma opinião contrária relativa a algumas estratégias adotadas pelo Executivo para o combate à pandemia, afirmou que o documento em análise era fantástico, que permitia fazer um conjunto de análises e tecer uma visão estratégica para o Concelho. -----

----- Referiu que no documento a Freguesia que representa, era vista como um dos locais mais aprazível e mais desejado, uma nota positiva, contudo também havia a parte negativa que dizia respeito à parte do edificado, porque referia que a Freguesia de Oliveira do Bairro tinha o parque edificado mais antigo.-----

----- Afirmou que esse levantamento apresentado no documento, acabava por dar uma visão do que era necessário fazer no futuro. -----

----- No que diz respeito à questão da natalidade, um dos pontos demográficos analisados no documento, verificava-se que, atualmente a mortalidade estava superior aos índices de natalidade do Concelho.-----

----- Deu nota da iniciativa da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, relativamente à criação do projeto de natalidade “Mama Cegonha”. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que a qualidade do documento apresentado, seria bom de ver no tal documento económico financeiro, sobre a questão da água. Afirmou que se se conseguisse apresentar um documento de igual qualidade, seria interessante de analisar politicamente e estrategicamente a questão da água.-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Saudou o Município pelo documento apresentado, sendo uma oportunidade única para o Concelho e acima de tudo para um conjunto alargado de famílias que iriam beneficiar do programa. Referiu que se tratava de pessoas que estavam em ciclos familiares complicados, que vinham desde os seus avós, e sem apoio nunca mais conseguiam sair desse ciclo, sendo por isso uma oportunidade importante e única para essas pessoas. -----

----- Disse que tinha sido referida a comunidade cigana, sobre o qual o país tinha um problema de adaptação dessa comunidade e este programa poderia também ajudar a resolver esse problema, porque se tratava de um programa que iria ser implementado à escala nacional, e para si esse era um problema que deveria ser resolvido à escala nacional e não de forma isolada, pontualmente por cada município porque isso traria outros problemas. -----

----- Afirmou que era verdade que a habitação era fundamental, e se a habitação não tiver o mínimo de conforto e não tiver condições para que uma criança chegasse a casa e tivesse vontade de ler e de estudar, não o faria. Referiu que na sua opinião, paralelamente ao apoio à habitação deveria haver um apoio de ação social, porque muitas vezes não era só a casa era necessário que as pessoas fossem ajudadas a saber aproveitar a oportunidade que poderia mesmo ser única, em muitas gerações. -----

----- Saudou o Executivo por ter abraçado o projeto e solicitou que ao nível da ação social fizesse um esforço para que a oportunidade não fosse desperdiçada pelas pessoas que realmente necessitam desse apoio.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **REGINA MARIA DA SILVA BICHO ALVES** – referiu que, para além das vantagens já enunciadas era acima de tudo um rumo para o Concelho e uma necessidade premente que não estava ainda estruturada, sendo um documento de orientação, estratégico. -----

----- Na sua opinião o facto de o documento não apresentar a metodologia utilizada no passado, dos bairros sociais, era de elogiar porque trazia imensas vantagens, possibilitando a diminuição dos riscos da não inclusão das comunidades que tinham mais dificuldades. -----

----- Referiu que a explicação dada pela Vereadora, tinha sido muito esclarecedora e não beneficiariam do apoio, não só pessoas com dificuldades de integração, mas também para outras pessoas com dificuldades económicas e não só, permitindo que alterem o seu patamar na sociedade. -----

----- Referiu que era uma estratégia crucial, quer pela dinâmica que poderá permitir na área imobiliária, pela recuperação de casas abandonadas, havendo assim a possibilidade de uma resolução para as mesmas, sendo por isso uma estratégia crucial para dinamizar o Concelho. -

----- Relativamente ao que foi dito da prioridade à comunidade cigana, disse que essa comunidade não tinha que ser mais importante, tendo direitos e deveres como todos os cidadãos, conhecendo casos de pessoas que estavam no Concelho há décadas que têm dificuldades, necessitando também de apoio. -----

----- Referiu também que por vezes as crianças serviam de desculpa para muitas situações, mas em muitas situações tinha era que se pôr ordem nos pais, não podendo ser as crianças o argumento para todas as justificações e pedidos. -----

----- Recordou que houve um benemérito em Bustos, que há mais de trinta anos cedeu um terreno para que fossem construídas habitações para apoio às famílias necessitadas, contudo até há data nada foi feito nesse âmbito, alertando que nem todos os nomes apontados como carenciados, o são realmente, porque por vezes quem necessita mesmo, não pede. Acrescentou que era necessário ir para o terreno, para identificar e ajudar essas pessoas. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - relativamente à candidatura que a Câmara iria fazer, tornava-se importante saber-se qual a estimativa do valor de financiamento ao qual a Câmara ia concorrer, porque se tratava de um investimento de seis milhões de euros. ---

----- Referiu que segundo a legislação a Câmara poderia ter a expectativa de conseguir cerca 55% do investimento, questionando onde é que o Município iria buscar o restante valor, se uma parte através de empréstimo e a parte restante de fundos próprios da Câmara de forma a tornar viável essa operação. -----

----- Questiona de que forma se iria colocar em prática os processos para concurso, de aquisição de imóveis e requalificação dos mesmos. Afirmou que deveriam ser criadas regras claras para os procedimentos. -----

----- Relativamente aos 41 agregados, que se iriam candidatar aos apoios, disse deveriam ser também “responsabilizados” pelo investimento, ou seja, mediante o cálculo dos rendimentos, cada agregado deveria contribuir com uma parte, respeitante à habitação que lhes fosse atribuída, contudo era importante que o Município garantisse os 100% de investimento. -----

----- Questionou quanto tinha custado a consultadoria à empresa SPI. -----

----- Não havendo mais solicitações para intervenções, foi dado o uso da palavra à Vereadora Lília Ana Águas; -----

----- Vereadora do Pelouro **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – respondendo às questões do Membro da Assembleia Carlos Ferreira, disse que estava plasmado no documento, que a comparticipação do IHRU para a aquisição e reabilitação eram duzentos e nove euros, por metro quadrado e quatrocentos e noventa e dois euros na situação de reabilitação, havendo ainda uma majoração de 10% para fiscalização da obra. -----

----- Referiu que o documento apresentado era orientador e naturalmente caso a caso seria analisada cada situação. -----

----- Relativamente aos procedimentos, disse que obedeciam sempre ao Código dos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Contratos Públicos, como não poderia deixar de ser e de acordo com os montantes, a lei iria sempre ser cumprida. -----

----- Afirmou que não poderiam pagar a 100% a todos os candidatos, porque o estímulo ao proprietário era importante e aqueles que realmente tinham necessidade era a fundo perdido, aqueles que tivessem algumas condições o valor era majorado de acordo com a capacidade financeira de cada família. Acrescentou que todas as situações serão analisadas de forma a que não se perca a oportunidade de candidatura. -----

----- Disse que era um documento com uma componente de habitação, mas também tinha uma componente muito grande de ação social, sendo uma oportunidade de quebrar os ciclos referidos pelo Membro da Assembleia Armando Humberto, acreditando que quebrando os ciclos se conseguia evoluir enquanto cidadãos e enquanto sociedade. -----

----- Deu nota que o realojamento iria ter um acompanhamento permanente por parte dos Técnicos de ação social. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia Simão Vela agradeceu as palavras que lhe tinha dirigido e que se o trabalho de diagnóstico não fosse realizado, não se tinha chegado à conclusão que era na Freguesia de Oliveira do Bairro que existia o parque de edificado mais antigo e que era necessário requalificar, sendo esta a oportunidade certa para o fazer. ----

----- Relativamente ao valor da consultadoria disse terem sido cerca de doze mil novecentos e cinquenta euros, completamente subsidiado pelo IHRU. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi o ponto colocado a votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.4 – Análise e Votação da Estratégia Local de Habitação no âmbito do Programa 1.º Direito** foi **Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor**. -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.5 – Análise e Votação do Procedimento Concursal para Provimento de Cargo Dirigente Intermédio;**-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para fazer a introdução do ponto;

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que antes de passar à explicação do ponto em questão, gostaria de esclarecer que relativamente ao estudo económico e financeiro da ADRA, o mesmo deveria ser efetuado de cinco em cinco anos, contudo nunca foi realizado, estando agora a ser efetuado. Disse que a quantidade de variáveis incluídas eram muitas, mas esperava que as premissas fossem fáceis de ler, objetivas e claras de entendimento, para que se pudesse tomar decisões relativamente ao assunto. -----

----- Recordou que há algum tempo atrás em Assembleia Municipal tinha sido aberto o quadro de pessoal, tendo criado um conjunto de divisões e de chefias, porque se estava a preparar os serviços para o futuro. Esclareceu que algumas dessas chefias não tinham tido nomeação, nem tinha sido aberto o concurso. -----

----- Disse tratar-se do serviço informático, tão necessário nos tempos atuais em todas as organizações. Deu nota que quando chegou à liderança do Município, havia três técnicos na área da informática, com programas muito dispersos a gerir os vários serviços do Município, piscinas municipais, a biblioteca e a rede de museus. -----

----- Referiu que atualmente havia uma rede mais alargada, pela evolução dos tempos e pelas necessidades que se tem vindo a notar e assim há a necessidade de reforçar a equipa informática do Município e assim era presente a proposta de nomeação do reconhecimento do júri para o procedimento concursal, sendo essa a deliberação que tinha que ser tomada em Assembleia Municipal. -----

----- Afirmou que se pretendia com o reforço da equipa informática, que o munícipe cada vez mais esteja à distância de um clique, dos serviços municipais e que os processos sejam resolvidos com maior celeridade. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir, que procedessem à sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – afirmou que o UPOB nada tinha a opor, no que diz respeito aos requisitos formais definidos pelo Executivo, ao perfil do candidato e à área de atuação do júri. Contudo sendo um concurso público, os métodos e critérios de seleção deveriam estar explícitos no documento apresentado. -----

----- Afirmou que a proposta apresentada, não esclarecia qual o método de seleção dos candidatos, sabendo que a Lei não definia os critérios, mas somente a aprovação dos Membros do Júri, mas na sua opinião o Executivo deveria fazer mais do que os serviços mínimos. -----

----- Sugeriu que no futuro, se os critérios já estivessem definidos, na defesa do principio de transparência, os mesmos deveriam fazer parte do documento que é apresentado em Assembleia Municipal. -----

----- Informou que o grupo municipal UPOB iria votar favoravelmente a proposta apresentada. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – relativamente à designação do júri para o procedimento disse que a bancada do PSD nada tinha a dizer, tratando-se de técnicos de elevada e reconhecida competência. -----

----- Referiu que aquilo que estranhava, mas compreendia era que o Presidente da Câmara entendia que não existisse quadros técnicos na Câmara com isenção, imparcialidade, rigor, competência, capazes para levar a bom porto o procedimento administrativo. Afirmou que de forma alguma estava a dizer que os técnicos que estavam na preparação da proposta eram mais ou menos que outros. -----

----- Disse que do que conhecia da pessoa, a Chefe de Divisão Jurídica e Administrativa, responsável pelos Recursos Humanos no Município de Oliveira do Bairro, deveria ter lugar como elemento de júri, mas compreendia a escolha do Presidente da Câmara, até porque era difícil



Oliveira do Bairro assembleia municipal

quando um possível candidato era técnico da instituição, mas a Chefe de Divisão já referida tinha o conjunto de características, o rigor, a competência e a isenção e assim poderia ter tido lugar no procedimento, como elementos do júri como efetiva. -----

----- Sobre o que já tinha sido dito pelo PSD sobre a questão dos dirigentes, recordou que entendiam que o número era excessivo, mas previsto na Mapa de Pessoal, tratando-se de sete lugares de Dirigentes de Grau 2, seis Dirigentes de Grau 3, dois Dirigentes de Grau 4, três Dirigentes de Grau 5, um Coordenador Municipal de Proteção Civil, totalizando dezanove lugares de Dirigentes e se forem somadas as Assessorias e as Consultorias de valor significativo, era muita coisa, na sua opinião.-----

----- Comparou com o Município de Aveiro, que apenas tinha quinze lugares de Dirigentes e o Município de Albergaria-A-Velha, que em termos de população era semelhante ao de Oliveira do Bairro, tinha apenas nove lugares de Dirigentes. Recordou que no passado, o PSD tinha apenas seis Dirigentes no Município de Oliveira do Bairro. -----

----- Disse que compreendia a necessidade do aumento de Cargos Dirigentes na Câmara Municipal, sendo mesmo inquestionável, mas o que não concordava era com o número excessivo que atualmente se apresentava. Acrescentou que com menos dirigentes a autarquia funcionava, com certeza, não tão bem como funciona atualmente com tantos dirigentes.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões suscitadas; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que sempre tinha sido seu entendimento, que em questões de júri para procedimentos concursais para chefias, o Executivo nunca deveria participar, ao contrário do que acontecia anteriormente, devendo ser escolhido o melhor para ocupar o lugar, através do mérito, do desempenho e daquilo que for demonstrado pelos candidatos.-----

----- Referiu que os objetivos para a função estavam delineados à partida e os critérios para



Oliveira do Bairro assembleia municipal

a seleção, eram definidos pelo júri, que faz o seu programa à posteriori. -----

----- Afirmou que apesar de os lugares estarem previstos, no Quadro de Pessoal os mesmos não estavam todos ocupados, contudo quando era necessário fazer mudanças as mesmas eram feitas, até porque existiam áreas em que a importância estava a aumentar ao contrário de outras áreas cuja importância ia diminuindo fruto da evolução dos tempos. -----

----- Esclareceu que havia cargos de Dirigentes que não o eram por nomeação, outros existiam que eram por nomeação e têm tido um desempenho extraordinário, havendo ainda outros que no futuro poderão deixar de existir. -----

----- Recordou que se estava perante a Descentralização de Competências, tendo o Município que assumir várias, sendo uma delas a Saúde entre outras, havendo áreas que vão desaparecendo. -----

----- Disse não saber dizer quantas nomeações existiam no passado, mas a Troika tinha vindo a limitar em muito essas mesmas nomeações, infelizmente, porque certamente o Município teria evoluído mais. -----

----- Reportando-se à área do ambiente e o trabalho que tem sido feito nesse âmbito. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado o presente ponto a votação.--

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.5 – Análise e Votação do Procedimento Concursal para Provimento de Cargo Dirigente Intermédio, foi Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor.** -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Presidente da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – disse que dada a situação de confinamento a que todos estavam sujeitos, informou que iria interromper os trabalhos, para conferência com os Líderes de Bancada, de forma a ser tomada uma decisão sobre a evolução dos trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Foram assim interrompidos os trabalhos por cinco minutos.-----

----- Reatados que foram os trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS**, informou que após conferência com os Líderes de Bancada, dada a situação de confinamento obrigatório e uma vez que o número de pontos da Ordem de Trabalhos, eram ainda em número considerável e todos eles constituírem um bloco, de várias alterações de trânsito, um pouco por todo o Concelho, foi entendimento que se desse por terminada a presente reunião. -----

----- Recordou que a realização da segunda reunião da presente Sessão da Assembleia Municipal, conforme estava estipulado na respetiva Convocatória, iria ter lugar no dia 22 de fevereiro, no mesmo local e hora. -----

----- Tendo em atenção que se deveria dar de imediato seguimento aos assuntos já deliberados da presente Ordem de Trabalhos, questionou os Membros, se tinham alguma oposição a que se aprovasse o teor das respetivas deliberações, tidas na presente reunião em minuta. - -----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, nomeadamente os pontos 4.1 – Análise de Votação da Alteração ao Anexo I e Anexo II do Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Oliveira do Bairro para a Inserção do Serviço Municipal de Proteção Civil, 4.2 - Análise de Votação do Projeto de Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras formas de jogo do Município de Oliveira do Bairro, 4.3 - Análise e Votação do Projeto de Alteração do Regulamento Municipal de Apoio às Associações de Oliveira do Bairro, 4.4 – Análise e Votação



Oliveira do Bairro assembleia municipal

da Estratégia Local de Habitação no âmbito do Programa 1.º Direito e 4.5 – Análise e Votação do Procedimento Concursal para Provimento de Cargo Dirigente Intermédio.-----

----- Assim de acordo com o previsto no Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, os Trabalhos referentes à presente reunião da Sessão da Assembleia Municipal de dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e um foram interrompidos, pelas vinte e duas horas, sendo novamente reatados a vinte e dois de fevereiro, de acordo com o exarado na Convocatória.

----- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil vinte e um, no Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, realizou-se a segunda Reunião relativa à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do mês de fevereiro, convocada para o dia dezanove de fevereiro do corrente ano, cuja Ordem de Trabalhos, já tinha sido previamente distribuída aquando da respetiva Convocatória. -----

----- Os trabalhos foram presididos por **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** e secretariados por **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** e **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO**.

----- Para além do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Carlos Alberto de Barros Ferreira. -----

----- Eram dezanove horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. -----

----- Deu o uso da palavra à Secretária da Mesa para que procedesse à chamada e anotação das presenças dos Membros da Assembleia.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Secretária da Mesa da Assembleia **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** - passou a fazer a chamada, a fim de verificar as presenças dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros da Assembleia Municipal, José António Neves Carvalheira, Acílio Dias Vaz e Gala, Patrícia Sofia Louro Lemos e Cidalina Vieira Samagaio Matos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que os Membros acima identificados, solicitaram por escrito, a justificação da falta à presente reunião da Assembleia Municipal, tendo as mesmas sido consideradas justificadas e a sua substituição pelos elementos seguintes da respetiva Lista, que se encontravam presentes, sendo convidados a participar nos Trabalhos da presente reunião da Assembleia Municipal respetivamente, Paulo Miguel Almeida Rato Neves Barata, Diogo Azenhas Mota, João Manuel Oliveira Nunes Bastos e Gonçalo Roque Batista. -----

----- Informou ainda que os Membros, Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto, Nuno Ricardo Veloso das Neves Costa Barata e Carlos Manuel Cura dos Santos, tinham informado que chegariam um pouco mais tarde. -----

----- Deu nota que tinha sido informado pelo Senhor Presidente da Câmara, que por motivos pessoais, o mesmo iria estar ausente da presente reunião. -----

----- Retomando os trabalhos deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.6 - Análise e Votação do Estudo Rodoviário para um Troço da Rua Manuel Vieira, em Bustos**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para fazer a introdução do ponto;-----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – informou que faria a apresentação de uma forma geral de todos os pontos e à posteriori faria a apresentação genérica de cada um deles, para a respetiva votação. -----

----- Referiu que se ao longo dos últimos tempos se tinha compilado uma série de situações



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de necessidades de alterações de sinalética no Concelho, tendo sido ouvido o Conselho Municipal de Segurança e feitas as respetivas aprovações em reunião de Câmara.-----

----- Disse que as propostas provieram das Juntas de Freguesia, da Sociedade Civil, dos Técnicos Municipais, com o intuito de melhorar a fluidez de trânsito, a segurança e de forma a evitar algumas situações de excesso de multas que a GNR tem passado. -----

----- Reportando-se concretamente ao ponto em análise, esclareceu que se tratava de um pequeno troço com um arruamento muito estreito, pretendendo-se assim a fluidez de trânsito e permitir que as pessoas estacionem naquela via.-----

----- Disse que não lhe parecia que a alteração proposta causasse transtorno a alguém.----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que procedessem à sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **REGINA MARIA DA SILVA BICHO ALVES** – referiu que a nova organização de trânsito iria permitir uma maior fluidez permitindo maior segurança nas zonas de mais fraca visibilidade, dando também algum ganho na questão dos estacionamento. -----

----- Afirmou que não via qualquer prejuízo para os residentes naquela via e população em geral, pois existiam alternativas de circulação.-----

----- Reportando-se ao mapa enviado, disse que pressupunha que a alteração de trânsito se aplicava a todo o traçado, contudo ao visualizar o mapa não era essa a ideia com que se ficava.

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente para prestar os devidos esclarecimentos;

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – confirmou que a alteração proposta era para aplicar em todo o troço, concordando que não estava bem identificado no mapa.-----

----- Não tendo mais pedidos de intervenção por parte dos Membros da Assembleia, foi o ponto colocado a votação.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Efetuada a votação verificou-se que o ponto **4.6 - Análise e Votação do Estudo Rodoviário para um Troço da Rua Manuel Vieira, em Bustos**, foi **Aprovado por Unanimidade com 22 Votos a Favor**. -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- De seguida deu-se início à discussão e análise do ponto **4.7 - Análise e Votação da Colocação de um Local de Cargas e Descargas na Rua 18 de Fevereiro 114, em Bustos**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentação do mesmo;

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** - informou que o pedido tinha sido feito por um comerciante local, foi realizada a análise técnica e foi entendimento que se poderia aceder à pretensão. -----

----- Esclareceu que não era por uma vontade individual que o Município procede a alterações de sinalética, sendo que todas as situações eram analisadas e no caso concreto percebeu-se que o local poderia beneficiar também outros comércios ali existentes. Acrescentou que se tratava de um troço de estrada em que a falta de estacionamento era gritante e os comerciantes tinham enormes dificuldades em que os fornecedores e clientes possam chegar aos seus comércios.-----

----- Referiu que esta era uma forma de ajudar o comércio naquele troço. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que procedessem à sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **REGINA MARIA DA SILVA BICHO ALVES** – disse compreender a vontade e a necessidade de o proprietário defender melhores condições de acesso ao seu negócio e assim a proposta era aceitável, contudo também entendia que um local de cargas e descargas não ia resolver o problema de fundo, também ele abordado pelo proprietário, que era a falta de estacionamentos na rua em questão, limitando o espaço existente a um único uso. -----

----- Referiu que a condição da normalidade de estacionamento no arruamento tinha sofrido



Oliveira do Bairro assembleia municipal

uma nova interpretação e redobrada vigilância, o que trouxe constrangimentos adicionais à limitada capacidade de estacionamento, limitações já anteriormente apresentadas em Assembleia Municipal. -----

----- Questionou se o Executivo estava comprometido em encontrar soluções para melhorar a condição de estacionamento naquele arruamento. -----

----- Não havendo mais solicitações de intervenção, foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – confirmou que estavam empenhados em melhorar a questão do estacionamento na rua em questão, passando por duas situações; -----

----- Sempre que haja licenciamento para obras novas naquela rua, é obrigatória a cedência para a criação de estacionamento, situação que tem causado algum embaraço com os proprietários porque ninguém gostava de ceder terreno. -----

----- Deu nota também, que já tinham contactado com alguns proprietários de terrenos confinantes com aquela rua, de forma a ser estudada a possibilidade de cedência de espaços para a criação de locais para cargas e descargas e estacionamento. -----

----- Não havendo mais solicitações de intervenção foi o ponto colocado a votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.7 - Análise e Votação da Colocação de um Local de Cargas e Descargas na Rua 18 de Fevereiro 114, em Bustos, foi Aprovado por Unanimidade com 21 Votos a Favor.** -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- De seguida deu-se início à discussão e análise do ponto **4.8 – Análise e Votação da Alteração de Sentidos de Trânsito no Largo da Igreja e Zona Envolvente, na Póvoa do Forno, Troviscal**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para



Oliveira do Bairro assembleia municipal

apresentação do mesmo; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – disse tratar-se de um conjunto de alterações significativas de trânsito no lugar da Póvoa do Forno, que surgiram através da identificação de problemas de circulação de trânsito e de situação de perigo na EM 596. -----

----- Informou que a Junta de Freguesia tinha sido auscultada assim como as pessoas residentes no local, tendo sido realizada uma reunião para o efeito. Referiu que se tinha notado alguma animosidade relativamente às alterações propostas e nesse sentido foram as propostas ponderadas e foi entendimento reverter algumas situações inicialmente apresentadas.-----

----- Deu nota que a proposta agora presente, tinha sido apresentada no Conselho Municipal de Segurança e foi deliberada em Reunião de Câmara. -----

----- Referiu que teve conhecimento, que nas últimas semanas havia algum mau estar da população, relativamente à proposta apresentada nomeadamente no que diz respeito à Rua Central, rua que constituía um problema de segurança na entrada para a EM 596, por falta de visibilidade, problema que tinha que ser ultrapassado. -----

----- Acrescentou ainda que a Rua Central, tinha também um problema de estacionamento, porque se tratava de uma rua estreita, impedindo que se estacione no local. -----

----- Deu nota, que fruto da requalificação da EM 596, há umas semanas atrás, foi cortada uma árvore perto do cruzamento, o que tinha permitido a abertura da curva, permitindo assim uma maior visibilidade para quem entrava da Rua Central para a EM 596 e assim deixava à consideração da Assembleia, se deixavam ou não o sentido único naquela via, Rua Central pois o problema de visibilidade estava sanado. -----

----- Alertou para o facto de se manter o facto de a rua ser muito estreita e de as pessoas estacionarem os seus veículos no local, podendo ser alvo de coimas por parte da GNR, porque a rua teria os dois sentidos, caso ficasse de um só sentido isso já não aconteceria. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que procedessem



Oliveira do Bairro assembleia municipal

à sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **DIOGO AZENHAS MOTA** – relativamente à alteração das condições de segurança na entrada da Rua Central para a EM 596 e se havia flexibilidade por parte do Executivo para reanalisar a proposta agora apresentada, disse que não fazia sentido estar a ser votada uma proposta que estava já desatualizada. -----

----- **LÍLIA MARIA SANTOS TAVARES** – dirigiu os parabéns ao Executivo pelos melhoramentos já efetuados na EM 596.-----

----- Reportando-se à proposta apresentada, disse que se tratava de vias de circulação com pouco fluxo de trânsito e sendo um lugar maioritariamente agrícola, para si não fazia sentido a alteração proposta, porque iria provocar constrangimentos nas rotinas dos moradores.-----

----- Afirmou que os sentidos únicos propostos iriam agravar o tráfego na EM 596, porque os moradores eram forçados a entrar na EM 596, para terem acesso às suas residências. -----

----- Recordou que na reunião realizada em 15 de março de 2019, promovida pelas associações da Póvoa do Forno, para discussão das alterações de trânsito, onde estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara, o Técnico Municipal responsável pela elaboração do projeto e o Comandante da GNR, os moradores se tinham pronunciado contra as alterações apresentadas. -----

----- Afirmou que pelas razões por si referidas, a bancada do PSD não era solidária com a Câmara e nesse sentido iriam votar contra a proposta apresentada.-----

----- Dirigiu um agradecimento aos moradores da Póvoa do Forno, que mesmo em tempo de pandemia, tinham vindo à última reunião da Assembleia Municipal, de forma a estarem presentes aquando da discussão do ponto, mostrando assim o seu desagrado na apresentação da proposta que tanta indignação tem gerado na localidade. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que dada a intervenção do Vice-Presidente e da disponibilidade do Executivo, para poder reverter a proposta,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

relativamente ao sentido único na Rua Central e dado que a Assembleia Municipal tinha poderes para alterar propostas apresentadas pela Câmara, excetuando algumas mais específicas, a Assembleia Municipal pode fazer a alteração à proposta apresentada. -----

----- Assim, propôs que o ponto 1. da proposta fosse alterado, deixando de ser quatro sinais de sentido único, passando para três e no ponto 3. da proposta, deixariam de ser cinco sentidos proibidos passando a quatro, mantendo o restante projeto, revertendo a proposta da Câmara apenas no que dizia respeito à Rua Central. -----

----- Afirmou que se o ponto fosse retirado da Ordem de Trabalhos, todas as outras alterações propostas, ficariam suspensas e teriam que voltar novamente a serem analisadas e votadas pelos respetivos órgãos. -----

----- Sugeriu que os trabalhos fossem suspensos, para que os Líderes de Bancada pudessem reunir e conferenciar sobre a sua proposta de alteração, que caso fosse aceite, apresentaria por escrito posteriormente à Mesa. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES CAMPOS BARATA** – disse que era importante que todos percebessem que não era pelo facto de a população estar contra uma proposta de decisão da Câmara Municipal, que era condição necessária e suficiente para que uma proposta caísse. Garantiu que tudo tem que ser muito bem fundamentado e não tinha necessariamente que ser consensual para toda a população, sendo certo que por vezes se tinham que tomar decisões difíceis. -----

----- Afirmou que, pelas intervenções do Vice-Presidente e do Líder de bancada do CDS, esse não era o caso, porque ambos concordavam que a proposta apresentada não era a melhor e não ia ao encontro das expectativas da população, demonstrando assim alguma dúvida à qualidade do documento apresentado. -----

----- Disse que como os Líderes de bancada não eram técnicos na área da sinalização de vias, estar a propor uma alteração que poderia continuar a lavrar, do mesmo tipo de enfermidade,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

poderá no futuro trazer ao mesmo ponto de situação.-----

----- Referiu que para si o mais acertado era retirar o ponto da Ordem de Trabalhos, percebendo todos o motivo, voltando posteriormente à Assembleia Municipal melhorado. -----

----- Referiu ainda que o Presidente da Mesa tinha também o poder de retirar o ponto, por todas as razões já explanadas, caso assim o entendesse.-----

----- Questionou o Vice-Presidente se todos os pontos em análise relativos à alteração de trânsito, eram para executar até ao final do mandato. Recordou que na Sessão da Assembleia Municipal de novembro de 2018, tinha sido aprovado um estudo rodoviário para uma estrada no Concelho, estudo que já estava preparado desde o anterior Executivo, contudo até à presente data, o projeto ainda não tinha sido executado. -----

----- Afirmou que tinha dificuldade em perceber, como é que se trazia para análise e votação da Assembleia Municipal, um documento que quando é apresentado o próprio Executivo diz que não era um bom documento.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – aceitando a sugestão do Líder de Bancada do CDS, interrompeu os trabalhos por cinco minutos.

----- Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa, informou que foi entendimento que se deveria dar a palavra ao Executivo Municipal para se pronunciar, sobre o assunto tendo sido dado o uso da palavra ao senhor Vice-Presidente;-----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – reportando-se à intervenção do Membro Nuno Barata, disse que precisamente pelo facto de terem que se tomar decisões difíceis é que estavam a ser apresentadas todas as propostas de alteração de trânsito, constantes na ordem de Trabalhos, porque seria mais fácil deixar estar como estava. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Sobre o facto de não ser uma proposta boa, afirmou que a mesma era boa, só tinha sido alterada porque tinha havido uma alteração de um facto, que foi a visibilidade da entrada na EM 596, por força da obra realizada, nas últimas semanas e daí a abertura do Executivo para alterar a proposta apresentada, no que diz respeito à Rua Central. -----

----- No que diz respeito ao tempo de execução das propostas aprovadas em Assembleia Municipal, disse que mesmo assim o atual Executivo ainda estava à frente dos Executivos anteriores que passaram anos sem apresentarem qualquer estudo rodoviário. -----

----- Reportando-se às questões levantadas pelo Membro Lília Tavares, disse que a questão das entradas e saídas das suas habitações, era precisamente o oposto que tinha referido, ou seja, o conjunto de propostas apresentadas era no sentido de eliminar as saídas mais perigosas para entrada na EM 596, que tem um elevado fluxo de trânsito, por ser uma via distribuidora do Concelho. -----

----- Relativamente à reunião realizada com a população, disse que se tinham ouvido vários argumentos por parte da população, tendo o Executivo cedido em algumas questões que se vieram a verificar plausíveis. -----

----- Afirmou que a proposta apresentada, era aquilo que parecia mais adequado tecnicamente e que era objeto de maior aceitação por parte das pessoas, excetuando a questão da Rua Central que era a que estava a gerar mais discórdia. Reiterou que com o corte da árvore e da esquina, fruto dos trabalhos realizados na EM 596, a visibilidade tinha aumentado e nesse sentido estava disposto a ceder à não colocação de sentido único na Rua Central. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia se pretendiam intervir que fizessem a sua inscrição dando-lhes o uso da palavra; -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – disse que deve haver um estudo para diagnosticar o estado da sinalização vertical da cidade e de todas as Freguesias do Concelho de Oliveira do Bairro, que deveria ser realizado em três fases, sendo que a primeira passaria por estudar o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

território municipal, analisando sobretudo as características das vias existentes, e se a sinalética existente era a adequada ou não, numa segunda fase, passava-se ao levantamento no terreno, dando prioridade às vias que atravessam o Concelho e registando todos os sinais do Concelho, criando polígonos de forma a identificar as localidades dentro das Freguesias, na terceira e última fase, dever-se-á proceder à substituição dos sinais identificados em mau estado por forma a reforçar a segurança rodoviária do Concelho.-----

----- Referiu que Bancada do UPOB constatava que nas alterações de trânsito, trazidas à presente Assembleia Municipal, eram apenas remendos, uns a pedido dos Presidentes de Junta de Freguesia, outros a pedido dos fregueses e amigos que alegavam não conseguir tirar um carro da garagem, ou porque dava mau jeito que a sua rua tivesse um só sentido. -----

----- Afirmou que o Concelho necessitava de um estudo urgente sobre a segurança rodoviária das pessoas e bens em trânsito de forma a poder baixar o índice de sinistralidade.---

----- Sugeriu ao Executivo que se dedicasse a um estudo global do Concelho e que não fossem feitos estudos a conta gotas, porque isso trazia inconvenientes como o que estava agora a acontecer. -----

----- Referiu que o Executivo em vez de ter um assessor de imprensa em regime permanente, fosse colocado um técnico credenciado, que faça um levantamento exaustivo de toda a sinalética do Concelho e que se façam as alterações necessárias para o bem da segurança rodoviária.---

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que da leitura da ata da reunião de Câmara onde tinha sido deliberado sobre o ponto em análise, a mesma espelhava a discussão que o mesmo mereceu. Questionou o Vice-Presidente se as obras que referiu na EM 596, em que melhoraram a visibilidade, foram antes ou após a referida reunião de Câmara.-----

----- Recordou que o Vereador Álvaro Ferreira tinha chamado à atenção da situação que estava agora a acontecer e foi acusado de eleitoralista. -----

----- Disse que também gostava de saber qual era a opinião do Presidente da Junta da União



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, sobre o assunto. -----

----- Referiu que daquilo que lhe deram conhecimento da reunião que tinha acontecido na Póvoa do Forno, foi que o Presidente da Câmara tinha garantido que a proposta que viria à Assembleia Municipal iria ao encontro daquilo que era a vontade da população e isso não estava a acontecer. -----

----- Concordou que o Vice-Presidente desse a abertura para alterar a situação, contudo não lhe parecia viável, porque os Membros da Assembleia não eram técnicos credenciados para alterarem a situação apresentada por um técnico credenciado para o efeito. -----

----- Afirmou que também entendia a intenção do Líder de Bancada do CDS, contudo continuava a ter as suas dúvidas. -----

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – chamou a atenção para a falta de um sinal de trânsito, no mapa apresentado, parecendo-lhe que faltava um sentido único.-----

----- Reportando-se à apresentação feita pelo Vice-Presidente em que referiu que tinha sido auscultado o Conselho Municipal de Segurança, tinha sido ouvido o Comandante da GNR, contudo agora dizia que a Assembleia Municipal era soberana, o que lhe queria parecer que ou não dava importância aos pareceres emitidos pelos órgãos, ou então queria passar a batata quente para a Assembleia Municipal.-----

----- Referiu que respeitava o trabalho realizado pelos técnicos que têm conhecimento do assunto e por isso não se sentia à vontade para responder a uma alteração ao documento apresentado. -----

----- Afirmou que gostava de saber o parecer dessas entidades, sobre a operação cosmética que se pretendia fazer e que poderá aparecer das mãos do Líder de Bancada do CDS.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES CAMPOS BARATA** – referiu que na sua primeira intervenção quando referiu que a Mesa poderia retirar um ponto da Ordem de Trabalhos, isso não era bem verdade, pois isso poderia acontecer numa altura específica da reunião que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

não agora, durante a discussão do ponto. -----

----- Disse compreender a bondade, na intervenção inicial do Vice-Presidente, percebia a intenção do Líder de bancada do CDS, mas depois do que já foi dito a sua leitura individual era de que o Executivo entendia que a proposta apresentada era boa, mas que podia ser melhor. Referiu que a proposta apresentada pelo Líder de bancada do CDS, era boa, mas podia ser melhor. - -----

----- Por tudo o que foi referido pelos Membros da Assembleia da bancada do PSD e pelo Vereador Álvaro Ferreira em reunião de Câmara, de que a proposta apresentada deveria ser muito melhor e não querendo o Executivo Municipal retirar o ponto, a Bancada do PSD iria votar contra.-- -----

----- Questionou o Vice-Presidente se era verdade que iriam ser colocados no local outros sinais para além dos que estavam a ser apresentados na proposta. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – dirigindo-se ao membro da Assembleia Acácio Oliveira esclareceu que a Câmara Municipal tinha técnicos credenciados para o efeito, não sendo necessário contratar mais nenhum. -----

----- Esclareceu que o que tinha tentado fazer com a sugestão de alteração da proposta, era que as outras propostas apresentadas se mantivessem, alterando apenas a colocação de sinalização na Rua Central, porque o problema de segurança rodoviária que antigamente existia, falta de visibilidade ao entrar na EM 596, tinha deixado de existir. Referiu que não se tratava de um problema de cosmética como tinha sido referido. -----

----- Afirmou que caso a sua proposta de alteração, não fosse aceite pelos restantes Líderes de Bancada, não a apresentava e a proposta apresentada pelo Executivo era votada como estava e os Membros da Assembleia que assim a votassem assumiam a sua responsabilidade perante os habitantes da localidade.-----

----- Afirmou ainda, que a retirada da sinalização em questão, não colocava em causa o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

restante estudo apresentado. -----

----- Não havendo mais solicitações de intervenção por parte dos Membros da Assembleia, foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – reiterou que o técnico municipal Eng.º João Pinto era um técnico com reconhecimento no Concelho e fora dele nessa matéria, e todos os estudos apresentados tinham o cunho do mesmo.-----

----- Referiu que o Município tinha técnicos e políticos, os técnicos elaboravam as propostas e os políticos decidiam sobre as mesmas. Afirmou que os estudos estavam a ser apresentados e por isso virem argumentar que faltavam estudos técnicos para si não fazia sentido.-----

----- Sobre a questão apresentada pelo Membro Nuno Barata, esclareceu que não havia outros sinais para serem colocados, para além dos que estavam contemplados no estudo. -----

----- Reiterou que a proposta apresentada estava subscrita tecnicamente, com uma possibilidade de alteração na Rua Central, validada pelo técnico municipal e por isso ficava à consideração e à responsabilidade da Assembleia Municipal. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra para esclarecimentos, pelo Membro Carlos Ferreira tendo-lhe sido concedido;-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – questionou qual era a proposta que iria ser votada, se a proposta inicialmente apresentada pelo Executivo, ou se a proposta agora apresentada pelo Vice-Presidente de alteração à proposta inicial com a correção na Rua Central.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – referiu que, do que tinha percebido da discussão, o ponto iria ser votada tal como foi apresentado pelo Executivo, até porque ainda não tinha chegado nada à Mesa no sentido de alterar o mesmo.

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente para esclarecimento da questão apresentada; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – concordou com o esclarecimento do Presidente da Mesa, porque tinha admitido uma possibilidade de alteração à proposta inicial que tinha sido recusada pela Assembleia e nesse sentido era votada a proposta inicial.-----

----- Foi solicitado o uso da palavra, por alguns Membros da Assembleia, para esclarecimentos, tendo-lhes sido concedido;-----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – disse que era fácil responder dizendo que o Município tinha um técnico, que era do conhecimento de todos que existia esse técnico no Município há muitos anos, contudo no Executivo anterior o referido técnico municipal não fez o trabalho que estava a fazer agora, talvez porque as políticas eram diferentes. Afirmou que um técnico não podia pegar num projeto se o Executivo não o tiver indicado.-----

----- Esclareceu que nunca colocou em causa a qualidade do trabalho do técnico em questão.-----

----- Referiu que não conseguia entender, como é que o Executivo apresentava uma proposta que não apoiava, à Assembleia Municipal deixando à consideração da Assembleia a decisão para que o ónus caia sobre a mesma. Disse ainda que não acreditava que alguém votasse uma proposta que o próprio Executivo não a tenha como boa, porque a população reclamou e não quer ficar mal na fotografia.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES CAMPOS BARATA** – disse reconhecer a coerência do CDS, porque a culpa do que se estava agora a passar era do PSD e isso era o normal.-----

----- Afirmou que se estava a votar um ponto proposto pela Câmara Municipal liderada pelo CDS, tendo sido afirmado pelo próprio Executivo que poderia estar melhor, foi proposta a alteração ao documento por parte do Líder de Bancada do CDS, após a conferência dos Líderes de Bancada, foi entendimento não foi avançada a proposta de alteração, o Executivo decidiu



Oliveira do Bairro assembleia municipal

manter a proposta como foi apresentada inicialmente e a culpa era do PSD.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – esclareceu que a possibilidade de alteração da proposta apresentada, não podia partir do Executivo e por isso, como Líder de bancada do CDS colocou a possibilidade de se alterar a proposta porque entendeu que poderia retirar uma situação de segurança rodoviária que atualmente já não se colocava. Deu nota que em conferência de Líderes, os Líderes das bancadas do PSD e UPOB tinham entendido que não se deveria avançar com a alteração à proposta apresentada e por isso não foi apresentada nenhuma proposta de alteração, sendo assim o ponto votado como foi apresentado. -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que não seria a primeira vez que a Assembleia alterava uma proposta vinda do Executivo, porventura seria a primeira vez que o Executivo trazia uma proposta e que sugeria à Assembleia que alterasse a mesma. Afirmou ainda que seria a primeira vez que a Assembleia alterava uma proposta de cariz técnico, onde já tinham sido ouvidos um conjunto de entidades em que chegaram à conclusão que assim, como estava a ser apresentada, ia ao encontro da segurança rodoviária que se pretende. -----

----- Disse concordar com o Executivo de que a proposta não estava bem-feita e assim a proposta deveria ser retirada, os técnicos teriam que ser novamente ouvidos, reanalisarem a situação e voltar a ser presente a informação corrigida. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente;-----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – afirmou que a Assembleia era soberana e no exercício da sua soberania votaria como assim o entendesse e assumiria a responsabilidade dessa mesma votação. -----

----- Concluída a discussão do ponto foi o mesmo colocado a votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.8 – Análise e Votação da Alteração de**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Sentidos de Trânsito no Largo da Igreja e Zona Envolvente, na Póvoa do Forno, Troviscal, foi Chumbado por Maioria com 9 Votos a Favor, 12 Votos Contra e 4 Abstenções.-----

----- Votos Contra da Bancada do PSD Arsélio Canas, Annelise Guimarães, Nuno Barata, Carlos Santos, Ricardo Regalado, Carlos Ferreira, Lília Tavares e da Bancada do UPOB Armando Pinto, Paulo Barata, Conceição Mota, Diogo Mota e Acácio Oliveira. -----

----- Abstenções do Membro da Assembleia da Bancada do CDS Regina Alves e dos Presidentes de Junta de Freguesia da Palhaça Manuel Augusto, de Oliveira do Bairro Simão Vela e da União de Freguesias de Bustos Troviscal e Mamarrosa Acílio Ferreira. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra para solicitar esclarecimento pelo Membro Nuno Barata;

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES BARATA** – solicitou que o Presidente da Mesa esclarecesse aos Membros da Assembleia, o que tinha acontecido na conferência de Líderes que aconteceu durante a discussão do ponto. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – esclareceu que tinham sido demonstradas várias posições sobre a proposta apresentada uma de alteração da proposta inicial, outra de retirada do ponto da Ordem de Trabalhos e outra ainda de propor ao Executivo Municipal que retirasse o ponto. -----

----- Foi dado o uso da palavra aos Membros da Assembleia, que pretendessem fazer a sua declaração de voto;-----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** – referiu que o seu voto favorável à proposta apresentada, foi pelo facto de a questão da Rua Central se tratar de apenas um sexto do total da proposta. -----

----- Afirmou que a elaboração deste tipo de propostas leva o seu tempo, tempo esse que propicia que as condições, entretanto se alterem, que foi o caso.-----

----- Referiu que se algum dia acontecer algum acidente na referida rua e os Bombeiros não conseguirem passar, por estarem carros estacionados, pode ser que venham a dar graças ao



Oliveira do Bairro assembleia municipal

chumbo da referida proposta.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – referiu que se poderia ter resolvido a situação de outra forma, mas era uma posição política e respeitava, contudo, colocou-se em causa todas as outras sinalizações que constavam da proposta.-----

----- **JOÃO MANUEL OLIVEIRA NUNES BASTOS** – disse ter votado favoravelmente porque sendo um trajeto relativamente curto, a implantação de sentidos únicos melhorava a segurança das pessoas, a mobilidade, possibilitando também o estacionamento e a circulação de veículos de socorro.-----

----- Referiu que era da opinião que sempre que fosse possível e exequível a criação de sentidos únicos deveriam ser uma aposta, apesar da contestação que possa existir por parte dos moradores dessas vias, contudo, com o tempo, acabavam por perceber a vantagem da decisão.

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – disse que não fazia qualquer sentido a colocação de responsabilidade naqueles que votaram contra, precisamente por uma questão de responsabilidade, porque os Membros da Assembleia não tinham competência técnica, para fazerem uma retificação de um estudo elaborado por técnicos credenciados para o efeito.-----

----- Assim, afirmou que era um ato de responsabilidade que a documentação voltasse novamente a ser analisada pelos técnicos de forma a procurarem a melhor solução para o local, mediante as condições atuais.-----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- De seguida deu-se início à discussão e análise do ponto **4.9 - Análise de Votação da Alteração de Trânsito para Sentido Único, num Troço da Rua Dr. Diógenes Vidal, e na Rua Gil Vicente no Sobreiro em Bustos**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentação do mesmo;-----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – disse que a alteração proposta se devia à largura da via, e com a possibilidade de estacionamento, tendo o acordo da Junta de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Freguesia.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Membro da Assembleia que demonstrou interesse em intervir no presente ponto; -----

----- **REGINA MARIA DA SILVA BICHO ALVES** – disse que esta era uma medida bem vista pela população, melhorando a segurança, vinha apaziguar o relacionamento entre os cidadãos e os agentes da autoridade, devido à dificuldade de estacionamento na zona e com a medida proposta essa situação ficaria sanada.-----

----- Deu nota que se tratava de uma zona de acesso à escola e que iria simplificar a travessia de estrada e o fluxo de trânsito, promovendo assim a segurança de todos.-----

----- Nada mais havendo a dizer, foi concluída a discussão do ponto e o mesmo colocado a votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.9 - Análise de Votação da Alteração de Trânsito para Sentido Único, num Troço da Rua Dr. Diógenes Vidal, e na Rua Gil Vicente no Sobreiro em Bustos, foi Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor.** -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- De seguida deu-se inicio à discussão e análise do ponto **4.10 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito para Sentido Único, no Largo do Cristo Rei na Giesta, Oiã,** tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentação do mesmo; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – referiu que a proposta vinha no sentido de resolver a fluidez de trânsito naquele local, fruto do estacionamento abusivo e também pela existência do restaurante no local, resolvendo assim um problema antigo. -----

----- Não havendo solicitações de intervenção foi o ponto colocado a votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.10 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito para Sentido Único, no Largo do Cristo Rei na Giesta, Oiã, foi Aprovado por**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Unanimidade com 25 Votos a Favor. -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- De seguida deu-se inicio à discussão e análise do ponto **4.11 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito na Zona Central do Silveiro, Oiã**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentação do mesmo; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – referiu que a localidade do Silveiro tinha um conjunto de ruas muito estreitas, na sua zona central, que provocavam alguma dificuldade na fluidez do trânsito e algum perigo, por falta de visibilidade em alguns cruzamentos, pretendendo-se com a proposta apresentada, minimizar os problemas de fluidez do trânsito e estacionamento naquela zona. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que procedessem à sua inscrição, sendo-lhes dado o uso da palavra; -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – recordou que já tinha havido quem tivesse reivindicado a colocação de sentidos únicos em algumas vias mais estreitas, chegando por isso em boa hora a proposta apresentada.-----

----- Disse que do que tem verificado na circulação, quase que se atrevia a dizer que as pessoas já circulavam no trajeto proposta de sentidos únicos, porque conheciam bem as ruas e sabiam onde estavam os perigos. -----

----- Sugeriu que o Executivo não ficasse apenas pela proposta apresentada, porque o Silveiro não era só a zona central, era muito mais do que isso.-----

----- **GONÇALO ROQUE BATISTA** – disse concordar com as palavras proferidas pelo Membro que o antecedeu, no sentido que se estava a propor para a alteração do trânsito e também no sentido de que se olhe para o Silveiro de uma maneira mais abrangente, de forma a que as alterações de trânsito cheguem também a outras ruas da localidade. -----

----- Deu o exemplo da Rua do Lugar, uma artéria de acesso à aldeia e que sofre de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

constrangimentos devido aos estacionamento na berma da estrada, prejudicando a fluidez do trânsito que se faz em dois sentidos naquela via. Solicitou que fosse revista a situação e a solução passaria talvez pela colocação de sentido único. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente, para prestar alguns esclarecimentos; --

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – agradeceu as palavras dos Membros Acácio Oliveira e Gonçalo Roque, afirmando que todas as situações seriam analisadas e se se justificasse em tempo oportuno seriam trazidas ao presente órgão. -----

----- Não havendo mais solicitações de intervenção, foi concluída a discussão do ponto e o mesmo colocado a votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.11 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito na Zona Central do Silveiro, Oiã, foi Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor.** -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- De seguida deu-se inicio à discussão e análise do ponto **4.12 – Análise e Votação da Alteração de Sentidos de Trânsito na Rua 30 de Junho e na Travessa da Lavoura, Oiã,** tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentação do mesmo;

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – referiu que a presente proposta era a que traria consequências mais profundas na melhoria da fluidez do trânsito. ----

----- Reportando-se à Rua 30 de Junho disse que devido à existência do supermercado, a fluidez de trânsito era difícil, pelas cargas e descargas, pelo estacionamento dos clientes do mesmo e também pela existência de muitos edifícios habitacionais naquela rua e assim justificava-se a colocação de sentido único. -----

----- Não havendo solicitações de uso da palavra, foi o ponto colocado a votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.12 – Análise e Votação da Alteração**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de Sentidos de Trânsito na Rua 30 de Junho e na Travessa da Lavoura, Oiã, foi Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor.-----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- De seguida deu-se inicio à discussão e análise do ponto **4.13 – Análise e Votação do Estudo Rodoviário para o Arruamento sem Topónimo e o Cruzamento da Rua Eng.º Agnelo Prazeres com a Rua Fonte do Lugar, Oiã**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentação do mesmo; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – outra situação de via muito estreita e por força da densidade populacional no local, também se fazem estacionamentos naquela via e assim por forma a se resolver os constrangimentos constantes no local, é proposto a colocação de um sentido único. -----

----- Não havendo solicitações de uso da palavra, foi o ponto colocado a votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.13 – Análise e Votação do Estudo Rodoviário para o Arruamento sem Topónimo e o Cruzamento da Rua Eng.º Agnelo Prazeres com a Rua Fonte do Lugar, Oiã, foi Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor.** -- -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- De seguida deu-se inicio à discussão e análise do ponto **4.14 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito no Arruamento sem Topónimo, Arieiro na Palhaça**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentação do mesmo; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – esclareceu que se tratava de uma pequena viela, junto à rotunda do Arieiro, que foi alvo de um estudo urbanístico já presente em reunião de Câmara, e o que se estava agora a propor era a formalização da colocação de sentido único. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que procedessem à sua inscrição, sendo-lhes dado o uso da palavra; -----

----- **CARLOS MANUEL CURA DOS SANTOS** – questionou o motivo de não vir juntamente com a proposta, informação sobre a requalificação da rua e se iria haver alguma intervenção no edifício da EDP que ocupava quase metade da via. -----

----- Referiu que iriam ser construídas moradias naquele arruamento e nesse sentido questionou se os caixotes de lixo se iam manter no mesmo local. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente para responder às questões; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – relativamente ao estudo esclareceu que o mesmo tinha sido aprovado em órgão próprio, sobre a questão do PT existente no arruamento, vai ser recolocado noutra local em que o seu enquadramento visual ficará melhorado. -----

----- Quanto à questão dos caixotes de lixo, disse que era o velho problema de que eram úteis para todos, mas ninguém os queria ao pé da porta, nesse sentido vai ser estudada uma melhor localização para os mesmos. -----

----- Não havendo mais solicitações de uso da palavra, foi dado por concluída a discussão do ponto e o mesmo colocado a votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.14 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito no Arruamento sem Topónimo, Arieiro na Palhaça, foi Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor.** -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- De seguida deu-se início à discussão e análise do ponto **4.15 - Análise e Votação do Estudo Rodoviário para a Rua do Neto e a Rua dos Emigrantes, na Palhaça**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentação do mesmo; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – disse tratar-se de uma proposta na sequência de um pedido da Junta de Freguesia, no sentido de formalizar uma realidade que já existia naquela rua.-----

----- Não havendo solicitações de uso da palavra, foi o ponto colocado a votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.15 - Análise e Votação do Estudo Rodoviário para a Rua do Neto e a Rua dos Emigrantes, na Palhaça, foi Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor.** -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- De seguida deu-se início à discussão e análise do ponto **4.16 – Análise e Votação da Colocação de um Lugar de Mobilidade Reduzida, na Rua do Hospital em Oliveira do Bairro**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentação do mesmo; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – esclareceu que também a presente proposta vinha por solicitação da Junta de Freguesia, a criação de um lugar de mobilidade reduzida junto ao Centro de Saúde, lugares que faziam sempre falta. -----

----- Não havendo solicitações de uso da palavra, foi o ponto colocado a votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.16 – Análise e Votação da Colocação de um Lugar de Mobilidade Reduzida, na Rua do Hospital em Oliveira do Bairro, foi Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor.**-----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- De seguida deu-se início à discussão e análise do ponto **4.17 – Análise e Votação do Estudo Rodoviário para o Troço da Rua Sr. Dos Aflitos, na Amoreira do Repolão em Oliveira do Bairro**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para apresentação do mesmo; -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – disse tratar-se da criação de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

um sentido único, num troço da Rua Sr. dos Aflitos, tratando-se de uma entrada muito perigosa em que a visibilidade era quase nula e no sentido de evitar possíveis acidentes foi entendimento criar-se aquele sentido único.-----

----- Afirmou que a presente proposta demonstrava duas coisas, primeiro que o tempo era bom conselheiro, porque as pessoas foram percebendo a necessidade da criação daquele sentido único e também de que as decisões menos confortáveis, não se deixavam de trazer, tendo sido mais fácil ter deixado ficar como estava e assim não criavam dificuldades de relação com os moradores. Disse ter noção que a colocação do sentido único iria custar votos, mas esse não era o móbil, mas sim a segurança das pessoas. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que procedessem à sua inscrição, sendo-lhes dado o uso da palavra;-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que a alteração de trânsito, não iria afetar muita gente e era necessária pela falta de visibilidade existente.-----

----- Referiu que tem notado algum fundamentalismo contra os espelhos, concordando que os mesmos muitas vezes não funcionam, mas deveria haver algum bom senso, porque se os espelhos funcionarem 90% das vezes já reduzia a possibilidade de acidente. -----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – disse que o facto de se trazer este tipo de assuntos à Assembleia revelava que se tinha abertura para a discussão e o diálogo e sobretudo à transparência. -----

----- Apelou ao Executivo a atenção premente para a Rua do Cabeço em Bustos que culminava na Rua 18 de Fevereiro, no centro histórico de Bustos, em que passam assiduamente camiões com muito peso e todos os dias destroem parte do pouco património existente no Concelho. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente;-----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – disse não ter verificado



Oliveira do Bairro assembleia municipal

qualquer tipo de fundamentalismo, havia sim vontade de melhorar a circulação e a criação de sentidos únicos era das melhores soluções possíveis, desde que sejam razoáveis. Quanto à utilização dos espelhos, disse que poderiam passar por solução alternativa e no caso em análise não se aplicava. -----

----- Sobre a questão da Rua do Cabeço, disse que lhe parecia de solução difícil, pela falta de alternativas, contudo o problema não deixaria de ser equacionado.-----

----- Não havendo mais solicitações de uso da palavra, foi o ponto colocado a votação; ----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto **4.17 – Análise e Votação do Estudo Rodoviário para o Troço da Rua Sr. Dos Aflitos, na Amoreira do Repolão em Oliveira do Bairro, foi Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor.**-----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos e conseqüentemente a Ordem de Trabalhos.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – questionou os Membros, se tinham alguma oposição à aprovação das deliberações tidas na presente reunião da Sessão Extraordinária de 19 de fevereiro e que se aprovasse o teor das respetivas deliberações em minuta.-----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, 4.6 - Análise e Votação do Estudo Rodoviário para um Troço da Rua Manuel Vieira, em Bustos, 4.7 - Análise e Votação da Colocação de um Local de Cargas e Descargas na Rua 18 de Fevereiro 114, em Bustos, 4.8 – Análise e Votação da Alteração de Sentidos de Trânsito no Largo da Igreja e Zona Envolvente, na Póvoa do Forno, Troviscal, 4.9 - Análise de Votação da Alteração de Trânsito para Sentido Único, num Troço da Rua Dr. Diógenes Vidal, e na Rua Gil Vicente no Sobreiro em Bustos, 4.10 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito para



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Sentido Único, no Largo do Cristo Rei na Giesta, Oiã, 4.11 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito na Zona Central do Silveiro, Oiã, 4.12 – Análise e Votação da Alteração de Sentidos de Trânsito na Rua 30 de Junho e na Travessa da Lavoura, Oiã, 4.13 – Análise e Votação do Estudo Rodoviário para o Arruamento sem Topónimo e o Cruzamento da Rua Eng.º Agnelo Prazeres com a Rua Fonte do Lugar, Oiã, 4.14 – Análise e Votação da Alteração de Trânsito no Arruamento sem Topónimo, Arieiro na Palhaça, 4.15 - Análise e Votação do Estudo Rodoviário para a Rua do Neto e a Rua dos Emigrantes, na Palhaça, 4.16 – Análise e Votação da Colocação de um Lugar de Mobilidade Reduzida, na Rua do Hospital em Oliveira do Bairro e 4.17 – Análise e Votação do Estudo Rodoviário para o Troço da Rua Sr. Dos Aflitos, na Amoreira do Repolão em Oliveira do Bairro. -----

----- Posto isto, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, deu por encerrada a presente Sessão da Assembleia Municipal, sendo lavrada a presente Ata, que vai ser assinada pelo Presidente, respetivos Secretários e outros Membros da Assembleia que o desejem fazer. -----